



# Anais da Assembleia

Nº 140 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 041/91

DATA: 23.10.91

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito no município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução nº 38/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no município de Encantado do Oeste, com território desmembrado de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas:

Tem como ponto inicial a foz do rio Encantado no rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo rio Encantado até a foz do rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das colônias Pindorama e Peruíbe, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto onde alcança o rio Descoberto, sobe por este até a foz da sanga das Cobras, sobe por esta sanga até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo norte até encontrar o córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no rio do Peixe, desce por este até a ponte sobre a estrada que vai para Palotina, seguindo pela referida estrada, rumo oeste, até o rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por esta linha de divisa até encontrar a nascente da sanga Arai-ranha, desce por esta até sua foz no rio Piquiri, sobe por este até a foz do rio Encantado, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.10.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 114.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1991  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o Plenário, LICENÇA PLENÁRIA para representar este Poder

Legislativo, na entrega de Título de Cidadania Honorária ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Cândido Sobrinho, Juiz de Direito da Comarca de Campo Mourão e ao Excelentíssimo Senhor José Domingos Scarpe-  
lini, Prefeito do Município de Apucarana; que realizar-se-á nos dias 29, 30 e 31, do mês e ano em curso, no Município de Rosário do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) EDSON SILVA LINO

**JUSTIFICATIVA:**

Estaremos, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, recepcionando o Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ RENATO PEDROSO, que honrará, com sua presença, toda a Região do Vale do Ivaí.

OFÍCIO N° 067/91

Senhor Presidente.

Através do presente, quero justificar minha ausência na Sessão Plenária de hoje. Estarei na Cidade de Ponta Grossa acompanhando a exumação do corpo do menor Cleiton P. dos Santos.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

OFÍCIO N° 133/91

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a Vossa Excelência, minha ausência em Sessão Plenária no dia 28 deste.

Senhor Primeiro Secretário, assumi compromissos de reunião com lideranças políticas de minha região e palestra no encerramento do "IV Encontro Técnico Esportivo e Cultural dos Colégios Agrícolas do Paraná", que está se realizando no município de Guarapuava.

Certo de contar com sua especial atenção, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO N° 2838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 060/91, que autoriza a realização de plebiscito, a fim de que a população respectiva decida sobre a criação do Município de **Saudade do Iguaçu**.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 468/91, (Mensagem n° 95/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à COPEL, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 467/91, (Mensagem n° 96/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 437/91, (Mensagem n° 80/91), de autoria do Poder Executivo, que objetiva estabelecer normas em nível de legislação estadual, pertinentes à fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2851

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, Adiamiento da Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar n° 161/91, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 2841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187,

§ 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 163/91, que: "Autoriza a Criação da Central de Atendimento de Emergência na Região Metropolitana de Curitiba", constante da Ordem do Dia 28.10.91, item n° 07.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) CARLOS ELCHES

REQUERIMENTO N° 2850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do Regime de Urgência e o adiamento da discussão, pelo prazo de dez (10) sessões, do Projeto de Lei n° 89/91, constante da pauta da sessão de hoje, em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2852

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, Manifestação de Apoio à luta dos Aposentados, que estão reivindicando junto ao Ministério da Previdência, um reajuste de 147% sobre os vencimentos de março de 1991, a serem pagos a partir de setembro de 1991.

Requerem ainda, seja encaminhada cópia da presente Moção, ao Ministro da Previdência Social, ROGÉRIO MAGRI; ao Ministro da Economia, MARCÍLIO MARQUES MOREIRA e ao Presidente da República, Senhor FERNANDO COLLOR DE MELLO.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2861

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Casa, ouvido o Plenário, o desarquivamento do Projeto de Resolução n° 19/90, e conseqüente retomada do processo legislativo atinente à matéria.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) NILTON CÉSAR, ALGACI TÚLIO, ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NEIVO BEHALDIN, TADEU LÚCIO MACHADO, DOUTOR ROSINHA, JOSÉ ALVES, LOURENÇO FREGONESE, EMÍLIA BELINATI, NELSON JUSTUS, DIRCEU MANFRINATO, ADEMAR TRAIANO, LUIZ ANTONIO SETTI, ALBINO CORAZZA, RAFAEL GRECA DE MACEDO, HEINZ HERWIG, PAULO MAIA, JOÃO ARRUDA, COLOMBINO GRASSANO, ERNANI PUDELL, DALTON MACHUCA, ÉLIO RUSCH, ARLINDO TROIAN, OVIDIO CONSTANTINO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, MÁRIO BEZERRA, ANTÔNIO ANNIBELLI E ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 2856

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Município de Almirante Tamandaré pela comemoração no dia 28 de outubro, do seu 102º aniversário de fundação.

Destaque na exploração de mineral, Almirante Tamandaré cultiva hortifrutigranjeiros, sendo responsável por considerável parcela do abastecimento de Curitiba.

Produzindo, ainda, batata, milho e feijão, além de possuir invejável desenvolvimento industrial, Almirante Tamandaré é uma terra de trabalhadores.

A cidade completa 102 anos em ritmo acelerado de progresso, desafiando até mesmo a crise que se abate sobre os municípios brasileiros.

O presente voto de congratulação, quer representar os cumprimentos da Assembléia do Paraná a toda comunidade Tamandareense, que trabalhou todos os dias desses 102 anos para fazer da sua cidade, uma terra em que vale a pena se viver.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2857

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Município de Cerro Azul, pela comemoração do 109º aniversário de sua fundação.

A civilização cerroazulense teve início em 1953, com a Princesa Isabel enviando à região do Vale do Ribeira agrônomos para analisar a qualidade do solo e verificar as culturas que se adaptariam às condições climáticas e geográficas.

Com esse início de colonização, surge em 1860 a Colônia Assunguy, fundada por imigrantes alemães, italianos, ingleses,

franceses e portugueses.

A partir daí, com um crescimento admirável, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, Município autônomo até que, em 27 de dezembro de 1897 mudou-se a sede do município e se denominou Cerro Azul à cidade.

No último dia 27, Cerro Azul completou 109 anos de existência como município, num exemplo vivo de coragem, determinação e muito trabalho de todo seu povo.

Não pode a Assembléia Legislativa deixar, nesta data, de cumprimentar a população cerroazulense pelos 109 anos de progresso de sua municipalidade.

Que do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e aos vereadores de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2860

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações pela passagem do Dia do Servidor Público.

Hoje, 28 de outubro, comemora-se o Dia do Servidor Público. Este dia é dedicado às milhares de pessoas que optaram por desenvolver funções na administração pública federal, estadual ou municipal.

São pessoas que obtiveram formação em diversas áreas e especializaram-se na prestação de serviços à população. São os servidores públicos, o maior patrimônio de um Estado, porque enquanto os governantes são passageiros, os servidores permanecem, emprestando sua experiência e formação.

Lamentavelmente, essa dedicação não é reconhecida por alguns administradores, que deixam de valorizar os seus servidores, não lhes garantindo condições mínimas de dignidade profissional, como existe em outras profissões ou ocupações.

Que este requerimento seja um cumprimento à digna categoria dos servidores e um voto de preocupação com a política do atual Governo Estadual aos servidores públicos.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2840

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, "telex" nos seguintes termos:

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apela a Vossa Excelência, Senhor Presidente, no sentido de que determine,

com a devida urgência, a revogação do ato do Ministério do Trabalho e Previdência Social que desvincula as aposentadorias do salário mínimo em vigor.

Esta Assembléia Legislativa vem recebendo, diariamente, solicitações de vários segmentos de aposentados pedindo apoio às suas reivindicações, que esta Casa, agora, transmite a Vossa Excelência, na expectativa de que sejam acolhidas e concretizadas o mais breve possível.

Saudações cordiais".

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 2839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Omero Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que seja autorizada a liberação de recursos para a construção de poços artesianos no distrito de Guaiporã, em Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação aos Senhores Otoniel Ferreira, Prefeito Municipal e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa do Governo do Estado, comandado pelo SEDU e executado pela SANEPAR, visa atender pequenas localidades onde o morador encontra dificuldades de acesso ao conforto dos grandes centros, e a qualidade de vida é comprometida pela falta de recursos financeiros, principalmente.

O distrito escolhido apresenta essa característica de concentração populacional marginalizada de abastecimento de água, telefonia e eletrificação rural, entre outras melhorias. Uma vez atendida, em comunidades organizadas, os poços artesianos iriam, sem dúvida, oferecer conforto e saúde às famílias.

#### REQUERIMENTO N° 2842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Moacir José Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção do prédio para funcionamento da Delegacia de Polícia e Cug-tódia do Município de Dois Vizinhos - 60ª Regional de Polícia, 19ª SDP de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

O prédio que abriga a Delegacia de Polícia de Dois Vizinhos é antigo e obsoleto. As salas são pequenas e em número insuficiente; as paredes, o telhado, o sistema elétrico e de esgoto estão danificados. As custódias são insuficientes.

Dois Vizinhos tem uma população de 60 mil habitantes. Hoje a Comarca, tem 200 mandados de prisão, e a média de presos varia de 20 a 30 pessoas.

O prédio novo virá atender as necessidades mínimas para um bom funcionamento da Segurança Pública no Município, sendo urgente a construção de 01 sala para o Delegado, 02 salas para custódia, 01 sala para furtos e roubos, sala para plantão, sala para investigação, seção de carceragem, sala para advocacia, cozinha e despensa, almoxarifado, sanitários públicos e pátio para os presidiários.

## REQUERIMENTO N° 2843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando que seja efetuada a restauração do asfalto que liga Dois Vizinhos até a comunidade Chopim 2.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos é um grande produtor de milho, suínos e aves. A estrada que liga a sede do Município à comunidade Chopim 2, serve de escoadouro a grande parte dessa produção, e a pavimentação apresenta enormes buracos, não há acostamento, o que acarreta prejuízos e acidentes a quem por ela trafega.

Restaurar tal estrada irá trazer muitos benefícios: segurança no transporte, inclusive dos estudantes e redução das perdas no escoamento da produção.

## REQUERIMENTO N° 2844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Diretor Presidente da TELEPAR; Senhor Leônicio Vieira de Rezende Neto, solicitando a instalação de um telefone público na Rua Mato Grosso, n° 1034, Bairro Sagrada Família - Cidade Sul, em Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

Este bairro da sede do Município de Dois Vizinhos, conta com mil moradores, sendo um dos mais populosos, e em todo o

bairro possui apenas um telefone público, situado nas proximidades do Colégio Estadual "Monteiro Lobato."

A comunidade há tempos reivindica a instalação de um aparelho, noutro ponto do bairro, tendo escolhido a Rua Mato Grosso, n° 1034, nas proximidades do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, acreditando ser bastante central, facilitando aos moradores que hoje precisam se deslocar até outro bairro (distante mais de cinco quadras), ou emprestar o telefone particular do comerciante mais próximo, acarretando incômodos a ele e sua família, muitas vezes a altas horas da noite.

## REQUERIMENTO N° 2853-A

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, na forma regimental e,

CONSIDERANDO que o Tribunal de Alçada do Paraná, desde que foi criado há 21 anos, ocupa espaço inferior a dois andares no Palácio da Justiça, apesar de integrado por 49 juizes e com a responsabilidade de julgamento de milhares de recursos cíveis e criminais de todo o Estado;

CONSIDERANDO que, enquanto o Tribunal de Alçada do Paraná não obtém êxito em encontrar acomodação adequada para uma melhor prestação jurisdicional à sociedade, o Governo do Estado cede imóveis de seu patrimônio ao Governo Federal, como é o caso da Justiça Eleitoral, que ocupa o Palácio S. Francisco e outro imóvel localizado na Alameda Cabral;

CONSIDERANDO o exemplo de Londrina e Cascavel que, quando da tentativa de instalação de Tribunais de Alçada naquelas cidades, ambas as administrações já haviam colocado à disposição do Judiciário prédios para o funcionamento dos referidos colegiados;

CONSIDERANDO que a gravidade dessa situação em que se encontra o Tribunal de Alçada, ocupando espaço físico que impede o seu pleno funcionamento, exige a mobilização deste Poder Legislativo.

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, reivindicando estudo da situação e solução urgente para o problema do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial às seguintes autoridades:

- Excelentíssimo Senhor João Santana, Ministro de Estado da Infra-Estrutura;  
 - Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos Perucci Loureiros Alves, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER;  
 - Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a competente liberação de verba e agilização nos trabalhos de restauração da estrada BR-116, principalmente no trecho localizado no perímetro urbano da Cidade Industrial de Curitiba, Contorno Sul, até a ligação com o Município de Campo Largo.

Outrossim, solicita ainda que, na mesma correspondência, seja anexado fotocópia de documento, recebido por este Parlamentar, da lavra do Senhor ARTHUR CLAUDINO DOS SANTOS, Presidente da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, que justifica plenamente a solicitação.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO N° 2858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, o envio com a máxima urgência do expediente ao Senhor Dr. JOÃO SANTANA - Ministro da Infra-Estrutura, no sentido de que seja agilizado a liberação de recursos para a restauração da estrada BR-116, principalmente no trecho localizado no perímetro urbano da cidade industrial de Curitiba, Contorno Sul, até a ligação com a cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 18.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, tendo em vista que o estado precário dessa estrada, não só tem ocasionado sérios prejuízos, como também acidentes de grandes proporções. Contamos com o empenho de Vossa Excelência, para a solução desse velho problema que tanto prejuízo vem causando ao povo de nossa terra.

#### REQUERIMENTO N° 2844-A

Senhor Presidente.

A Comissão de Finanças, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 368/91, que institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências; REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar pedido de informações junto a Secretaria de Estado dos Transportes, para que a mesma proceda a apreciação e mani-

feste seu parecer acerca da matéria.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

ALCEU SWAROWSKI

#### REQUERIMENTO N° 2855-A

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Tribunal Regional Eleitoral, necessárias à complementação do Projeto de Resolução n° 58/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Moreira Sales para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PARANÁ D'OESTE, desmembrando-o do Município de Moreira Sales.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Resolução 058/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, inciso V combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral afim de que seja averiguado o seguinte requisito exigido na Lei Complementar n° 56, em seu Artigo 2°, inciso II, ou seja:

Inciso II - Eleitorado não inferior à 20% (vinte por cento) da população.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 2860-A

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, necessárias à complementação do Projeto de Resolução n° 058/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Moreira Sales, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Paraná D'Oeste, desmembrando-o do Município de Moreira Sales.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Resolução 058/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, inciso XIII, combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar n° 56, em seu Artigo 2°, incisos



I e III, ou sejam:

I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes.

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

OVIDIO CONSTANTINO

### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 482-91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DAISAKU IKEDA, Presidente da Soka Gakkai Internacional.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.91.

(a) CARLOS SIMÕES

### JUSTIFICATIVA:

Achamos que é uma justa honraria a um homem que já foi em 1983 agraciado com o Prêmio da Paz das Nações Unidas, sendo que em 1987 lhe foi conferido pela ONU o título de Mensageiro da Paz, em reconhecimento ao inestimável apoio da Organização Budista à Comunidade Internacional.

Iniciou suas atividades em Curitiba há 25 anos, e vem desenvolvendo um trabalho digno de reconhecimento em todo o Estado do Paraná, pregando a paz entre os homens, inclusive fazendo a ramificação de suas idéias no sentido de um mundo mais justo e sem violência, através de distritos de organização em Curitiba, Monte Castelo, Columbia, Araucária, Ponta Grossa, Leão, Castro, Continental, abrangendo também a Cidade de Paranaguá. Fundador em 1975 da SGI (Soka Gakkai Internacional), sendo seu 1° Presidente, a SGI tornou-se membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

### DAISAKU IKEDA

Daisaku Ikeda nasceu em Tóquio no dia 2 de janeiro de 1928 e graduou-se na Faculdade Fuji Júnior. Em 1947 converteu-se ao Budismo de Nitiren Daishonin e tornou-se membro da Soka Gakkai, uma organização de leigos que estava então sob a liderança do professor Jossei Toda, seu segundo presidente.

Em 1960 Ikeda foi nomeado seu terceiro presidente. Sob a sua liderança, a organização progrediu chegando a alcançar aproximadamente 7,9 milhões de famílias no Japão, tornando-se a maior organização de seu gênero naquele país. Para apoiar os esforços da Soka Gakkai, baseados na filosofia de vida do Budismo de Nitiren

Daishonin e com o intuito de promover a paz, cultura e educação, Ikeda fundou, através dos anos, instituições educacionais e culturais, incluindo a Universidade Soka.

Também durante a sua presidência, a Soka Gakkai expandiu suas atividades em escala internacional. Em 1975, foi constituída a Soka Gakkai Internacional - SGI - com Ikeda como seu primeiro presidente, atuando como organização mãe para os seguidores do Budismo de Nitiren Daishonin a nível mundial. Atualmente existem mais de 1,2 milhões de membros em 115 países e regiões. Em 1979, Hiroshi Hojo sucedeu Ikeda como quarto presidente da Soka Gakkai e Ikeda assumiu a posição de presidente honorário.

Desde 1967, quando Daisaku Ikeda propôs a normalização das relações Sino-Japonesas, ele ativamente engajou-se na elaboração e publicação de propostas, algumas delas dirigidas às Nações Unidas, tratando de questões sobre a paz, desarmamento, educação e meio-ambiente. Além disso, baseado na crença de que os primeiros passos rumo à realização da paz iniciam-se com o diálogo de vida a vida, ele engajou-se numa "diplomacia do cidadão", encontrando-se com líderes políticos e intelectuais de todo o mundo, num intercâmbio de opiniões a respeito dos desafios que se interpõem à humanidade. Alguns desses diálogos foram compilados na forma de livros.

Em adição, Daisaku Ikeda é um prolífico autor, encontrando tempo para escrever novelas, ensaios, e poesias sobre uma vasta gama de tópicos abrangendo o Budismo, a paz, a sociedade, a juventude, a arte e a literatura. Os escritos de Daisaku Ikeda têm sido traduzidos para mais de quatorze idiomas.

Em 1947, Daisaku Ikeda casou-se com Kaneko e é pai de três filhos. Ele é também um ávido fotógrafo amador e aprecia registrar em fotos os vários países pelos quais tem viajado.

### INSTITUIÇÕES FUNDADAS

- Instituto de Filosofia Oriental (1962)
- Associação de Concertos Min-On (1963)
- Komeito (atualmente o terceiro maior partido político japonês) - (1964).
- Tokyo Soka Gakuen (Escolas de 1° e 2° Graus) - (1968).
- Universidade Soka (1971).
- Kansai Soka Gakuen (Escolas de 1° e 2° Graus de Kansai) (1973).
- Museu de Arte Fuji (1973).
- Jardim de Infância Sapporo Soka (1976).
- Escola Primária Tokyo Soka (1978).
- Escola Primária Kansai Soka (1982).
- Museu de Arte Tokyo Fuji (1983).
- Faculdade Soka para Moças (1985).

## PRÊMIOS

Poeta Laureado (1981).  
 Prêmio da Paz das Nações Unidas (1983).  
 Ordem do Sol do Peru no grau de Grã-Cruz (1984).  
 Prêmio de Literatura Oral do Quênia (KOLA) - (1968).  
 "Tapa da Paz e Amizade" da China (1986).  
 "Gloriosa Ordem de Cristóvão Colombo" no grau de Grã-Cruz, Rep. Dominicana (1987).  
 Ordem de Vasco Nenez de Balboa no grau de Grão-Oficial, Panamá (1987).  
 Prêmio Ramachandran pelo Entendimento Internacional, Índia (1988).  
 Carta de Apeço do Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Pêres de Cuéllar (1988).  
 Prêmio Internacional da Paz através da Juventude do Congresso Americano (1988).  
 Prêmio Anuvral pela Paz Internacional, Índia (1988).

## TÍTULOS DE DOUTOR HONORÁRIO

Universidade Estatal de Moscou, URSS (1975).  
 Universidade de Sofia, Bulgária (1981).  
 Universidade Soka, Japão (1983)

## TÍTULOS DE PROFESSOR HONORÁRIO

Universidade Nacional de São Marcos, Peru (1981).  
 Universidade de Beijing, China (1984).  
 Universidade de Fundan, China (1984).  
 Universidade Autônoma de São Domingo, Rep. Dominicana (1987).

## TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO

Daisaku Ikeda foi agraciado com o título de "Cidadão Honorário" de 61 cidades do mundo.

## PROPOSTAS INTERNACIONAIS

Através dos anos, Daisaku Ikeda elaborou várias propostas para o desarmamento, a paz e outros problemas internacionais, algumas das quais dirigidas às Nações Unidas. Entre as principais figuram:

1967, janeiro - Proposta para a Paz e Amizade Sino-Brasileira  
 - Para a aceitação da República Popular da China como membro das Nações Unidas e para a normalização das relações Sino-Japonesas.

1970, maio - Proposta de Apoio para a Criação da Universidade das Nações Unidas

1973, outubro - Proposta para o Estabelecimento das "Nações Unidas para a Educação"

1978, maio - Proposta de Dez Pontos para o Desarmamento (Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento).  
 - Encontro de cúpula dos dirigentes de todas as nações sob a iniciativa das Nações Unidas.  
 - Supervisão e controle das armas nucleares pelas Nações Unidas.  
 - Acordo pelo Não-Uso das Armas Nucleares por todas as nações.  
 - Estabelecimento e expansão de "zonas de paz e de não utilização de artefatos nucleares".  
 - Encontro de cúpula para a redução de armas nucleares através da intermediação das Nações Unidas.  
 - Proibição do desenvolvimento de novas armas nucleares.  
 - Estabelecimento de uma "Organização das Nações Unidas para a Redução de Armas".  
 - Promoção de atividades de pesquisa de instituições privadas para um total desarmamento.  
 - Estabelecimento de um "Centro de Paz" das Nações Unidas em sua sede, aberto ao público.  
 - Estabelecimento de um "Comitê de Planejamento de Transformação Econômica para Redução de Armas".

1979, fevereiro - proposta para o Fortalecimento das Funções das Nações Unidas

1981, agosto - Em Apoio às Nações Unidas e pela Abolição das Armas Nucleares

1982, agosto - Proposta para o Desarmamento e Abolição das Armas Nucleares (Segunda Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento).

- Declaração e acordo de todas as nações para evitar o uso de armas nucleares.  
 - Estabelecimento de um "Comitê Ad Hoc das Nações Unidas para a Criação de Organizações de Preservação de parte dos gastos militares para serem usados no estabelecimento de organizações promotoras da paz.  
 - "Exposições sobre Hiroshima e Nagasaki" conduzidas pelas Organizações Não-Governamentais para todas as nações.  
 - Estabelecimento de "Arquivos da Paz" em todas as nações.

1983, fevereiro - "Nova Proposta para a Paz e Desarmamento"

- "Fórum da Paz" para ser conduzido por líderes culturais.  
 - Cúpula de Conversações EUA-URSS  
 - Congelamento das Armas Nucleares.  
 - Estabelecimento de um "Centro de Prevenção de Guerras Nucleares".  
 - Conferência Internacional para a Efetivação do Congelamento dos Gastos Militares.



1984, janeiro - "Construção de um Movimento Unido para um Mundo sem Guerras".

- Proibição da corrida armamentista no espaço.
- Acordo para o não engajamento de operações militares no espaço e não uso de armas no espaço contra a Terra.
- Proposta de adoção pelas Nações Unidas de uma "Declaração Universal de Renúncia à Guerra".

1985, janeiro - "Novas Ondas da Paz Rumo ao Século XXI"

- Reunião de Cúpula EUA-URSS a ter lugar num futuro imediato.
- Convocação prévia da Terceira Sessão Especial para o Desarmamento.
- Reunião de Cúpula Norte-Sul coreana para tomar lugar num futuro próximo.
- Proposta para uma maior aproximação, incluindo uma perspectiva espiritual na criação de uma "Era Ásia-Pacífico".

1986, janeiro - "Rumo a um Movimento Global para uma Paz Duradoura"

- Promoção de um diálogo EUA-URSS e um acordo sobre medidas para congelar a produção de armas nucleares como pré-condição para a sua total extinção.
- Um plano para estabelecer uma "Organização Asiática-Pacífico para a Paz e Cultura".
- Estabelecimento de uma cúpula "Ásia-Pacífico".
- Convocação prévia de uma cúpula de negociações entre a República da Coreia e República Popular Democrática da Coreia.

1987, janeiro - "Espalhando o Brilho da Paz Rumo ao Século dos Povos".

- Designação de 1988 como o "Ano Internacional do Desarmamento" das Nações Unidas em conjunto com a Terceira Sessão Especial da Assembleia Geral para o Desarmamento.
- Designação dos dez anos de 1991 até 2000 como a "Década da Educação dos Cidadãos do Mundo pelas Nações Unidas".
- Estabelecimento de um "Instituto para Soluções Globais".
- Fundação de um centro internacional para a elaboração de uma "estratégia para a estabilidade e paz mundiais".
- Formação de um "Centro Internacional de Intercâmbio dos Jovens".

1988, janeiro - "Entendimento Cultural e Desarmamento: Os Castelos da Paz Mundial".

- Para a reconsideração do papel do Japão na Ásia e para a promoção da paz e prosperidade da região.
- Estabelecimento de uma "Organização Asiática-Pacífico para a Paz e Cultura".
- Para a designação do ano de 1988 pelas Nações Unidas como o "Ano Internacional do Desarmamento".

- Para a adoção pelas Nações Unidas de uma "Declaração Universal de Renúncia à Guerra" a ser seguida pelos termos de uma "Convenção sobre Renúncia à Guerra".

1988, maio - "Um Completo Desarmamento como um Movimento Global" (Terceira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento).

- Para a revisão e atualização do documento final da I Sessão Especial para o Desarmamento, com o objetivo de criar uma "Carta Mundial para o Desarmamento".
- Estabelecimento de uma Organização Mundial para o Desarmamento (OID) para inspecionar e verificar o desarmamento.
- Para que a Sessão corrente da Assembleia Geral das Nações Unidas designe a década de 90 como uma nova década de paz e desarmamento.
- Para o estabelecimento regular de encontros das Organizações Não-Governamentais (NGO) para pressionar um contínuo desarmamento.

#### PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS

O Presidente Ikeda é também autor de muitas obras em japonês em gêneros que vão desde estudos sobre o Budismo a novelas, poesias, ensaios e diários de viagens.

A seguir, publicamos uma lista parcial de títulos traduzidos para outras línguas.

#### OBRAS PUBLICADAS EM INGLÊS

- The Human Revolution, Vols. 1 - 5 (Weatherhill 1972 - 84)
- Buddhism: The Living Philosophy (The East Publications 1974)
- The Living Buddha (Weatherhill 1976)
- Toynbee-Ikeda: Man Himself Must Choose (Kodansha International 1976, paperback 1982; Published as Choose Life by Oxford University Press 1976)
- Buddhism, the First Millennium (Kodansha International 1977, paperback 1982)
- Songs from My Heart (Weatherhill 1978)
- Glass Children and Other Essays (Kodansha International 1979, paperback 1983)
- On the Japanese Classics (Weatherhill 1979)
- Inoue-Ikeda: Letters of Four Seasons (Kodansha International 1980)
- A Lasting Peace: Collected Addresses of Daisaku Ikeda (Weatherhill 1981)
- Life: An Enigma, a Precious Jewel (Kodansha International 1982)
- Wilson-Ikeda: Human Values in a Changing World (Macdonald 1984; Lyle Stuart 1987)
- Peccei-Ikeda: Before it is Too Late (Kodansha International 1984; Macdonald 1984)
- The Flower of Chinese Buddhism (Weatherhill 1986)
- Singh-Ikeda: Humanity at the Crossroads (OUP India 1988)

OBRAS PUBLICADAS EM FRANCÊS

Huyghe-Ikeda: La Nuit Appelle l'Aurore (Flammarion 1980)  
 Toynbee-Ikeda: Choisis La Vie (Albin Michel 1981)  
 La Vie du Bouddha (Cite-Rocher 1985)  
 La Vie à la Lumière du Bouddhisme (Cite-Rocher 1985)  
 Bouddhisme Premier Millénaire (Cite-Rocher 1986)  
 Le Bouddhisme en Chine (Cite-Rocher 1986)  
 Peccel-Ikeda: Cri d'Alarme Pour le XXI Siècle (Press Universitaires de France 1986)  
 Wilson-Ikeda: L'avenir de L'Humanité et le Rôle de la Religion (Le Rocher 1987)  
 La Révolution Humaine (Le Rocher 1987)

OBRAS PUBLICADAS EM ESPANHOL

Toynbee-Ikeda: Escoge la Vida (Emecé 1980)  
 El Buda Viviento (Emecé 1982; Emecé-Gedisa 1982)  
 Buddismo El Primer Millenio (Emecé 1983)  
 La Vida, Un Enigma (Emecé 1984)  
 Huyghe-Ikeda: La Noche Anuncia la Aurora (Emecé 1985)  
 Peccel-Ikeda: Antes do que sea demasiado tarío (Santillana-Taurus 1985 - 86)  
 Una Paz Duradera (Emecé 1987)

OBRAS PUBLICADAS EM ALEMÃO

Toynbee-Ikeda: Wahlo das Leben (Econ-Claassen 1982)  
 Pecci-Ikeda: Noch ist es Nicht zu spät (Nymphenburger 1984)  
 Der Buddha Lebt (Nymphenburger 1985)  
 Buddhismus-Das Erste Jahrtausend (Nymphenburger 1986)  
 Der Chinesische Buddhismus (Nymphenburger 1987)  
 Berbolav-Ikeda: Auf der Suche nach einer neuen Humanität (Nymphenburger 1988)

OBRAS PUBLICADAS EM CHINÊS

Personal History (People's Publishing Corporation 1984)  
 Toynbee-Ikeda Dialogue (International Culture Publishing Corporation 1986)  
 Essays on Youth (People's Publishing Corporation 1986)  
 Essays on Women (People's Publishing Corporation 1986)

OBRAS PUBLICADAS EM ITALIANO

Peccei-Ikeda: Campanello d'Allarme per il XXI Secolo (Bompiani 1985)  
 La Vita del Buddha (Bompiani 1986)  
 Buddismo il Primo Millennio (Bompiani 1986)  
 Buddismo in Cina (Bompiani 1987)

OBRAS PUBLICADAS EM COREANO

Toybee-Ikeda Dialogue (Iichol-Kak 1986)

OBRAS PUBLICADAS EM PORTUGUÊS

Toynbee-Ikeda: Escolha a Vida (Editora Record 1986)  
 Huygue-Ikeda: A Noite Clama pela Alvorada (Editora Record 1986)  
 Peccei-Ikeda: Antes que Seja Tarde Demais (Editora Record 1986)  
 Wilson-Ikeda: Valores Humanos num Mundo em Mutação (Editora Record 1987)  
 O Budismo na China (Editora Record 1987)  
 Budismo, O Primeiro Milênio (Editora Record 1988)  
 O Buda Vivo (Editora Record 1988)  
 A Revolução Humana Volumes 1 ao 5 (Editora Record 1988)

OBRAS PUBLICADAS EM DINAMARQUÊS

Peccel-Ikeda: For det er for Sent (Guni Martins 1986)

OBRAS PUBLICADAS EM TAILANDÊS

Toynbee-Ikeda Dialogue (Kled Thai 1987)  
 Peccel-Ikeda Dialogue (Kled Thai 1987)  
 Huyghe-Ikeda Dialogue (Kled Thai 1988)  
 Wilson-Ikeda Dialogue (Kled Thai 1988)

OBRAS PUBLICADAS EM MALAIO

Toynbee-Ikeda: Memillh Kehidupan (Pernerbit Fajar Bakti 1988)  
 Peccel-Ikeda Dialogue (Jajar Bakti 1988)  
 Glass Children and other Essays (Fajar Bakti 1988)

OBRAS PUBLICADAS EM INDONÊSIO

Toynbee-Ikeda: Perjuangan Hidup (P.T. Indira 1987)  
 Buddismo: Falsafah (P.T. Indira 1987)

OBRAS PUBLICADAS EM RUSSO

The Lognov-Ikeda Dialogue (Progress 1988)

SOKA GAKKAI E

SOKA GAKKAI INTERNACIONAL

A Soka Gakkai é uma organização de leigos budistas da Nitiren Shoshu, que seguem os ensinamentos budistas de Nitiren Daishonin (1222-1282). A essência desse ensino é o respeito à santidade inata da vida e a crença de que uma transformação fundamental na vida de cada indivíduo pode levar à transformação da sociedade como um todo.

A Soka Gakkai foi fundada em 1930, pelo escritor e professor Tsumosaburo Makiguti, com o intuito de promover a prática do budismo de Nitiren Daishonin na sociedade. A organização reuniu seus primeiros membros primeiramente entre os professores e educadores e foi então chamada Soka Kyoiku Gakkai (Sociedade Educativa para Criação de Valores). O número de membros começou a crescer e a expandir-se rapidamente, atingindo seu apogeu em torno de três mil famílias em 1942. Sob a liderança do Presidente Makiguti, a Soka Kyoiku Gakkai lutou para sustentar o princípio da

liberdade religiosa e resistiu aos esforços do governo militarista japonês em impor o Shintoísmo como religião oficial com o intuito de concentrar as forças espirituais do povo japonês frente ao esforço de guerra.

Em 1943, começaram a ser efetuadas prisões dos líderes da Soka Kyoiku Gakkai, e em julho de 1943, o Presidente Makiguti e o Diretor-Geral (posteriormente o segundo presidente) Jossei Toda foram aprisionados e confinados por "crimes ideológicos". Na época de sua prisão, Makiguti estava com 72 anos. Na prisão, Makiguti suportou brutalidades, abusos e privações, recusando retratar-se ou comprometer suas convicções.

Em 18 de novembro de 1944, ele faleceu devido à subnutrição, na Casa de Detenção de Tóquio.

Jossei Toda, sobreviveu à pena de prisão e foi libertado em 3 de julho de 1945, algumas semanas antes do Japão render-se. Embora doente e debilitado, ele imediatamente tomou a si a tarefa de reconstruir a organização, que havia se desintegrado totalmente devido às perseguições políticas do tempo da guerra.

Em 1951, Toda tornou-se o segundo presidente da organização e renomeou-a Soka Gakkai (Sociedade de Criação de Valores), simbolizando o fato de que suas atividades daquele momento em diante não mais confiavam-se à educação e aos educadores, mas dirigia-se às pessoas de todas as camadas da sociedade. Sob a liderança de Toda, os membros cresceram de 3.000 para mais de 750.000 famílias, até a época de sua morte, em 1958.

Em 1960, Daisaku Ikeda, que tornara-se membro da Soka Gakkai em 1947, e praticou sob a tutela direta do Segundo Presidente Toda, tornou-se seu terceiro presidente. Durante o período de sua permanência como presidente, o número de membros expandiu-se rapidamente até chegar a aproximadamente 7,9 milhões de famílias no Japão. Ao mesmo tempo, fora do Japão começaram a surgir membros no exterior; no presente, 1,2 milhões de pessoas em 115 países e regiões fora do Japão estão praticando o Budismo de Nitiren Daishonin.

Com o objetivo de promover um movimento pela cultura e a educação baseados nos princípios dos ensinamentos de Nitiren Daishonin, Ikeda também fundou uma série de instituições educacionais e culturais. Entre as entidades filiadas à Soka Gakkai estão o complexo educacional Soka, que inclui a Universidade Soka, o Colégio Feminino Soka, escolas de 1º e 2º graus, a Associação de Concertos Min-on; o Museu de Artes Fuji, o Museu de Artes Tokio Fuji e o Instituto de Filosofia Oriental.

Com o intuito de promover a conscien-

tização da importância de se trabalhar ativamente pela paz, a Divisão dos Jovens da Soka Gakkai tem publicado uma coletânea de 80 volumes sobre experiências de guerra, executando campanhas e levantando fundos de auxílio aos refugiados, sediando exposições e seminários, e conduzindo e publicando resultados de pesquisas de opinião.

Em 1975, foi fundada a Soka Gakkai Internacional (SGI), com Ikeda como seu primeiro presidente, com o intuito de servir como a organização-mãe da prática da fé para os membros fora do Japão. Os membros em cada país determinam independentemente sua atuação a medida que procuram contribuir, baseados na filosofia de vida budista, para a paz e prosperidade de seus respectivos países e comunidades. As atividades da SGI incluem um Festival Cultural dos Jovens para a Paz Mundial, a cada ano, conferências e seminários internacionais, visando promover o intercâmbio cultural e acadêmico, bem como numerosas exposições e outras atividades executadas pelas organizações locais de cada país.

Em outubro de 1981, a Soka Gakkai foi registrada como uma entidade não governamental com o "status" de conselheira, e em maio de 1983, a SGI tornou-se membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A exposição "Armas Nucleares: Ameaça ao nosso Mundo, patrocinada pela SGI em coordenação com o Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas e as cidades de Hiroshima e Nagasaki, foi sediada na sede das Nações Unidas, em Nova York, durante a Segunda Sessão Especial de Desarmamento em 1982, e durante seis anos, essa exposição foi vista por mais de 1,2 milhões de pessoas de 25 cidades em 16 países.

Em 1985, a Divisão Educacional de Soka Gakkai, em cooperação com as organizações dos países membros da SGI, e o Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas, sediou a "Exibição Internacional de Livros Escolares", que foi vista por mais de 2,7 milhões de pessoas em 135 localidades do Japão. Em maio de 1988, em um evento aprovado pela UNESCO, a Divisão Educacional reuniu trabalhos artísticos de crianças de 108 países (num total de aproximadamente 5.000 obras), sediando a "Exibição de Arte de Crianças do Mundo".

Em agosto de 1983, o Presidente Ikeda foi agraciado com o Prêmio da Paz das Nações Unidas. Em setembro de 1987, a ONU conferiu à SGI o título de "Mensageiro da Paz", em reconhecimento ao inestimável apoio dessa organização à comunidade internacional. Em 1988, o Presidente Ikeda recebeu uma Carta de Apeço do Secretário das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar.

SOKA GAKKAI

Presidente Honorário - Daisaku Ikeda  
Presidente - Einosuke Akiya  
Diretor Geral - Kazuya Morita

- (1) Famílias membros: - 7,95 milhões
- (2) Membros da Divisão do Jovens  
. Divisão dos Rapazes - 2,57 milhões  
. Divisão das Moças - 1,60 milhões
- (3) Membros do Departamento de Estudos  
- 2,36 milhões
- (4) Circulação de Jornais e Periódicos  
. Seikyo Shimbun - 4,85 milhões  
. Daibyaku Rengue - 2,80 milhões  
. Seikyo Graphic - 1,08 milhões

SOKA GAKKAI INTERNACIONAL

Presidente - Daisaku Ikeda  
Diretor Geral - Einosuke Akiya

- (1) Membros fora do Japão  
Total - aprox. 1,26 milhões
- América do Norte - 333.000  
América Central - 10.000  
América do Sul - 200.000  
(Brasil- 150.000)  
Ásia e Oceania - 700.900  
Europa - 15.000  
Oriente Médio e África-5.000

Países Filiados - 115

- (2) Publicações  
34 periódicos em 28 nações (dez.88).

PUBLICAÇÕES

SEIKYO SHIMBUN

Fundado em 20 de abril de 1951 pelo segundo Presidente Jossei Toda e pelo Senhor Daisaku Ikeda, o Seikyo Shimbun cresceu de um jornal quinzenal de duas páginas, com uma tiragem de 5.000 exemplares na época, para um jornal diário com uma circulação de mais de 4,8 milhões de exemplares. A política editorial de jornal é baseado no princípio budista de respeito à dignidade da vida e seus artigos cobrem uma vasta gama de tópicos seguindo uma perspectiva consistentemente humanística.

A sede central do Seikyo Shimbun está localizado em Tóquio, havendo uma segunda Sede em Osaka. Além disso, existem ainda nove Sedes Regionais e 51 sucursais espalhadas pelo Japão. A rede de fac-símiles do Seikyo Shimbun, a maior do Japão, liga a Sede central com as sedes regionais e sucursais nas principais cidades, tornando-se mais rápida a veiculação de notícias. Para manter os leitores bem informados sobre as atividades dos membros no exterior, o jornal também possui correspon-

dentes permanentemente estacionados em novas cidades estrangeiras; Sydney, Seattle, Los Angeles, Hong Kong, Bangkok, Manila, Lima, Buenos Aires e Londres.

O Seikyo Shimbun também patrocina atividades culturais para o público, tais como uma exibição anual de fotos de todo o mundo e conferências sobre os mais variados assuntos.

Em adição ao jornal diário, o Seikyo Shimbun também publica o Seikyo Graphic (circulação 1.080.000), uma revista fotográfica semanal, e o Daibyakurengue (circulação 2.800.000), uma revista mensal de estudos do Budismo de Nitiren Daishonin. Há também um jornal bimestral, Soka Shimpō, dedicado aos jovens (circulação: 700.000), o jornal Koko Shimpō, para estudantes (circulação: 160.000), o semanário Chugakusei Bunka Shimbun, para estudantes de 2º grau (circulação: 230.000) e o semanário Shogakusei Bunka Shimbun (circulação: 400.000) para estudantes de 1º grau.

Além dos periódicos, o Seikyo Shimbun publica numerosos livros budistas, álbuns fotográficos, livros ilustrados, livros-texto, discos, fitas e dezenas de jornais estudantis.

PERIÓDICOS DAS ORGANIZAÇÕES FILIADAS À SGI  
(Dez. 1988)

Os membros da SGI em 28 países produzem um total de 34 publicações.

NOME	FREQUÊNCIA	PAÍS
01. World Tribune	semanal	Estados Unidos
02. Seikyo Times	mensal	Estados Unidos
03. New Century	mensal	Canadá
04. Puente de Paz	mensal	Panamá
05. Tribuna do México	mensal	México
06. Tribuna Dominicana	mensal	República Dominicana
07. Brasil Seikyo	semanal	Brasil
08. Terceira Civilização	mensal	Brasil
09. Líder	bimest.	Brasil
10. Peru Seikyo	3 ed. mensais	Peru
11. Nueva Era	trimest.	Peru
12. Argentina Seikyo	bimest.	Argentina
13. Siglo XXI	3 ed. anuais	Argentina
14. Seikyo Criollo	mensal	Venezuela
15. Fortuna de Chile	mensal	Chile
16. Paraguay Seikyo	mensal	Paraguai
17. Sol de Felicidad	mensal	Bolívia
18. La Raiz del Ceibo	mensal	Uruguai
19. Troisieme Civilization	mensal	França

20. UK Express	mensal	Reino Unido
21. Unser Forum	mensal	Alemanha Oc.
22. Il Nuovo Rinascimento	mensal	Itália
23. Duemilano	trimest.	Itália
24. Horizonte	trimest.	Espanha
25. Livskraft	bimest.	Suécia
26. Krant	trimest.	Países Baixos
27. Tranen	trimest.	Dinamarca
28. Lotus Press	trimest.	Zâmbia
29. Li Ming Sheng Bao	semanal	Hong Kong
30. Cosmic	mensal	Malásia
31. Eternal Aurora	mensal	Singapura
32. Pag-Asa	mensal	Filipinas
33. Sang Kunka	mensal	Tailândia
34. Chosse Life	mensal	Austrália.

#### PROMOÇÃO DA PAZ, CULTURA E EDUCAÇÃO

"Paz" frequentemente é entendida como ausência de guerra. Este tipo de paz nada mais quer dizer do que uma pausa entre guerras, ou de fato, serve apenas como um período de preparação para a próxima etapa de beligerâncias. Nem a violência contida - seja numa região, numa nação ou mesmo num indivíduo - é um aceitável substituto para a paz real.

O Budismo posiciona a paz como a habilidade, inerente na vida humana, de encontrar soluções criativas para os conflitos e para criar valor.

Pode-se dizer que o propósito em se praticar o Budismo seja o desenvolvimento desta habilidade; a profunda transformação originada na vida do praticante - da angústia à felicidade, do desespero à esperança, da falta de direção frente aos impulsos negativos de uma pessoa a um corajoso reconhecimento de si mesmo - isto é o que se chama "revolução humana".

É esta revolução humana, silenciosamente tomando lugar nas vidas de um número cada vez maior de pessoas através do mundo, que repousa no coração do movimento pela paz da Soka Gakkai.

Igualmente, a cultura expressa e fortifica tanto a habilidade própria ao homem em criar um significado como o valor dentro das atividades da vida. Uma saudável cultura popular - na qual reflita o vigor de um povo e suas aspirações visando o futuro - pode ser pensada como um barômetro para esses invisíveis níveis de "paz" na sociedade como um todo.

Por razões similares, uma educação humanista que desenvolve o criativo potencial da juventude deve ser promovida se a humanidade quiser desfrutar da paz e prosperidade no próximo século.

O movimento da paz da Soka Gakkai não é limitado a qualquer interpretação ideológica do mundo. É baseado na filosofia budista de Nitiren Daishonin que sustenta

que a vida, em si, representa o derradeiro valor, que não pode ser comprometido ou tomado como um meio para um fim.

Todas as atividades da Soka Gakkai nos campos da cultura e educação, assim como as atividades que tratam diretamente da questão da paz, tem como seu derradeiro objetivo o cultivo de valores humanísticos e a proteção da vida humana contra a violência e a guerra.

#### ATIVIDADES PELO PAZ

##### ATIVIDADES COMO MEMBRO NÃO-GOVERNAMENTAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Em maio de 1983, a SGI foi registrada como membro da ONG na condição de consultora no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Em outubro de 1981, a Soka Gakkai, foi registrada como um membro da ONG no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas e tem enviado representantes às conferências anuais dos membros do ONG desse departamento. Em abril de 1981, a Soka Gakkai foi registrada como membro da ONG junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Além de enviar observadores aos campos de refugiados da Ásia e da África, a Soka Gakkai tem também participado de conferências internacionais pelos refugiados africanos e os das conferências dos membros da ONG do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR-NGO).

Em maio de 1988, representantes da SGI participaram da III Sessão Especial para o Desarmamento (SSD III) recebendo uma encorajadora resposta aos seus apelos pela paz.

##### PRÊMIO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 1983, os esforços do Presidente da SGI, Doutor Daisaku Ikeda, em prol da paz foram reconhecidos e ele foi agraciado com a Medalha da Paz das Nações Unidas pelas "inestimáveis contribuições aos esforços nas Nações Unidas em prol da paz e cooperação internacional".

Em 1988, o Secretário Geral Javier Perez de Cuéllar presenteou o Presidente Ikeda com uma Carta de Apeço e com uma cópia especialmente encadernada da Carta das Nações Unidas.

##### RECONHECIMENTO COMO "MESSAGEIRO DA PAZ" PELAS NAÇÕES UNIDAS

Em setembro de 1987, foi conferida à SGI pelas Nações Unidas o título de "Messageiro da Paz" em reconhecimento ao valioso apoio desta organização pelas atividades na comunidade internacional.

##### PROPOSTAS DE PAZ

Desde 1967, o presidente da SGI tem feito uma série de propostas, algumas das

quais especialmente destinadas às Nações Unidas, sobre questões relacionadas à paz, ao meio ambiente e à educação.

#### EXPOSIÇÃO "ARMAS NUCLEARES: AMEAÇA AO NOS-SO MUNDO"

Em 1982, em cooperação com o Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas e das cidades de Hiroshima e Nagasaki, a Soka Gakkai organizou e apresentou a exibição "Armas Nucleares: Ameaça ao nosso Mundo". A exibição foi inicialmente sediada na sede das Nações Unidas, em Nova York, concomitantemente à realização da Segunda Sessão Especial para o Desarmamento da Assembléia Geral das Nações Unidas. Desde a mostra inicial, a exibição viajou por 25 cidades em 16 países e foi vista por um total de mais de 1,2 milhões de pessoas de todo o mundo.

#### Cronologia da Exibição

NOVA YORK	junho de 1982
GENEIRA	julho de 1983
VIENA	Setembro de 1983
PARIS	Outubro de 1983
ESTOCOLMO	Setembro de 1984
HELSINKI	Outubro de 1984
OLSO	Novembro de 1984
BERGEN	Dezembro de 1984
BERLIN OCIDENTAL	Janeiro de 1985
ATENAS	Abril de 1985
BELGRADO	Maio de 1985
ZAGREB	Maio de 1985
NOVA DELHI	Abril de 1985
YOKOHAMA	Setembro de 1987
SAPPORO	Setembro de 1987
NAGOYA	Setembro de 1987
KYOTO	Outubro de 1987
TOKUSHIMA	Outubro de 1987
FUKUOKA	Novembro de 1987
BANGKOK	Janeiro de 1988

#### ATIVIDADES EM AUXÍLIO AOS REFUGIADOS

A Conferência dos Jovens pela Paz da Soka Gakkai conduziu um total de dez fundos dirigidos ao auxílio de refugiados, levantando um total de 900 milhões de Ienes. O último foi conduzido em Setembro de 1988 em aproximadamente 1400 localidades de todo o Japão. O produto desses fundos foi doado à UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), à UNWRA, à Comissão Independente para Questões Humanitárias Internacionais e ao Centro Voluntariado Internacional do Japão.

#### MOSTRA DA PAZ DA SGI

Esta exibição, iniciada em 1981, demonstra graficamente a necessidade de dedicados esforços para promover o diálogo e o mútuo entendimento como um pré-requisito para a paz. A Mostra da Paz da SGI foi apresentada em 80 locais através do Japão e vista por um total de mais de 6 milhões

de pessoas.

#### CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

##### 1. Conferências dos Jovens para a Paz

A Conferência dos Jovens para a Paz, desde os primeiros dias de sua inauguração, patrocinou uma série de conferências sobre tópicos tais como o papel das Nações Unidas, armas nucleares e direitos humanos. Essas conferências têm sido sediadas a nível internacional e muitas foram publicadas em livros.

##### 2. "Mulheres e Paz"

Em 1981, o Comitê da Paz das Mulheres da Soka Gakkai iniciou uma série de conferência sobre o tema "Mulheres e Paz". Até o momento, um total de 40 conferências foram realizadas.

##### 3. Conferências sobre Cultura Feminina.

Esta série de conferências foi realizada através de todo o Japão para desenvolver a consciência de jovens mulheres relacionadas às questões da paz e o respeito pela dignidade da vida.

#### PUBLICAÇÕES ANTI-GUERRA

Os membros da Divisão dos Jovens da Soka Gakkai têm, desde 1981, compilado e editado experiências de mais de 40.000 sobreviventes da II Guerra Mundial. A série, intitulada "As Gerações Que Não Conhecem a Guerra", compreende um total de 80 volumes e já tornou-se uma inestimável contribuição para o desenvolvimento da consciência dos jovens sobre as realidades da guerra. Os membros da Divisão das Senhoras engajaram-se também num esforço similar e completaram até o momento 18 volumes de publicações anti-guerra.

#### MEMORIAIS DA PAZ

As exposições provaram ser o mais efetivo meio de expressar, com impacto e rapidez, informações relatando questões sobre a paz e desenvolvimento. Em 1980, a Soka Gakkai, iniciou um programa de exposições anti-guerra em cidades de todo o Japão. Desde o início desse programa, mais de dois milhões de pessoas já visitaram nossas exposições. Como locais permanentes para apresentação de informações relativas à paz, "Salões Memoriais para a Paz" foram estabelecidos em sete cidades do Japão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, nobres Deputados,



Hoje, 28 de outubro, se comemora em todo o País o dia do funcionalismo público, dia este que infelizmente não vem sendo considerado pelo governo do Estado e pelo governo federal.

Hoje dia do funcionalismo público e nós aqui gostaríamos de lembrar que no estatuto do servidor público do Paraná não consta o dia 28 de outubro como feriado, mas sim uma data para servir de confraternização entre as diferentes classes de servidores, por isso usamos da tribuna desta Assembléia hoje para dizer que o Governador Requião perdeu uma grande oportunidade de se confraternizar com todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, ao contrário disso o governador mandou que os funcionários trabalhassem.

Não que os funcionários quisessem o feriado, mas se perdeu uma grande oportunidade para se discutir o regime único para se avançar nas negociações sobre uma política salarial justa e definida para também se falar sobre a segurança, sobre o estado de miséria que se encontram as polícias civil e militar do Estado do Paraná que vivem numa profissão que está sob risco constante, mas tudo isso o governador ignora e mandou que os funcionários fossem trabalhar, como se os funcionários se negassem alguma vez de ter trabalhado.

Nós gostaríamos também de lembrar que os servidores da saúde do Estado do Paraná estão em greve desde o dia 1º e que a totalidade do funcionalismo pode parar em protesto por 48 horas.

Também um problema que eu acho muito grave é a questão do pagamento do salário dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Todos os meses o salário saiu entre os dias 22 e 24, só que o Excelentíssimo Governador Roberto Requião, que em setembro deu 20% de aumento, o primeiro aumento do seu governo, resolveu que somente o funcionalismo público receberia o seu salário no dia 30, infelizmente, mais um golpe para quem já ganhou mal e tem como condições este presente do governador no dia do funcionalismo público.

Nós gostaríamos também de dizer que o governador perdeu uma grande oportunidade de discutir a defasagem salarial que hoje está, dependendo de classe, de 130 a 200%.

Vejam bem Senhores Deputados, o que nós fizemos uso da tribuna hoje é para desejar ao funcionário público tão esquecido e tão combatido e tão relegado a segundo plano que nós Deputados da oposição estamos com ele para o que der e vier.

A vocês funcionários públicos do Estado do Paraná nosso respeito e a nossa consideração e aonde o Governador não enxerga, nós estamos enxergando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o Pequeno Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

Partido Independente.

(Ausente).

PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No horário da liderança do partido dos trabalhadores, em nome do nosso partido não podíamos deixar de nos manifestar neste dia que é o dia do funcionário público em nosso país. Não queremos nos reportar simplesmente ao funcionário público estadual, ao poder que nós fazemos parte, o qual falaremos especificamente a eles na sequência, mas não podíamos deixar passar em branco esta data tão significativa para o poder público como um todo.

Homenagear o servidor público é homenagear a população, é homenagear o poder público do município, do estado e do país. Queremos homenagear aquele servidor de verdade, aquela grande maioria que faz realmente funcionar a máquina pública do município, do Estado e da Nação.

Poderíamos nos questionar o que seria de um prefeito sem os servidores municipais; o que seria de um governador sem os servidores estaduais; o que seria do governo federal sem servidores federais; o que seria do Poder Legislativo sem os servidores do Poder Legislativo, o que seria do Poder Judiciário sem os servidores que fazem funcionar a máquina; o que seria do poder público sem os operadores das máquinas para fazer estradas, para fazer pontes, o que seria do Prefeito, do Governador, do Presidente da República sem os servidores burocráticos do poder público, sem os professores da rede pública de ensino, sem os fazedores de calçamento, os calceteiros que estão lá no sol, no dia a dia fazendo as estradas, os calçamentos, os asfaltos nas nossas cidades.

O que seria do poder público sem os trabalhadores braçais, sem os datilógrafos, sem todos os que se dedicam e muitos deles com uma vida inteira para servir a comunidade. Desde aquele mais humilde, aquele trabalho mais simples até o serviço mais complexo que se exige de um servidor.

Queremos homenagear neste dia todos os servidores do poder público do país. Homenageamos aqueles que são realmente os servidores de fato, aqueles que vestem a camisa do servidor público, aqueles que dedicam sua vida inteira de trabalho, seu suor, a sua dignidade muitas vezes em fa-

vor do bem público, em favor do nosso povo e que muitas vezes e na grande maioria delas e no Paraná, no Estado do Paraná existe um exemplo concreto hoje quando eles são aviltados, são explorados nos seus salários, são desrespeitados até a lei que lhe dá direito de garantir-lhes um salário digno e justo para sustentar sua família, para ter uma vida como um cidadão realmente precisa.

Há poucos dias tivemos aqui neste grande auditório a presença de dois grandes setores, segmentos dos servidores públicos que eram os servidores da saúde em greve e os servidores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento com um dia de paralisação reivindicando salários.

Se olharmos na história do Paraná, no passado, a greve dos professores e as greves diversas de servidores do Estado, nós vamos ver a dificuldade que passam os nossos funcionários públicos.

Queremos aproveitar e condenar, abrir um parêntese para condenar a atitude dos parlamentares desta Casa que não puderam ter a dignidade de permanecer no Plenário naquele dia ouvindo as reivindicações justas dos servidores do Estado que aqui estavam.

Queremos - ao mesmo tempo que homenageamos os servidores do Estado, os servidores do município e da Nação, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário - condenar o empreguismo feito por politiqueiros que em época de campanhas eleitorais prometem empregos para milhões em troca de votos e que no momento em que assumem cargos públicos para cumprir os seus caprichos, para satisfazer os seus desejos e caprichos e cumprir as suas promessas eleitorais, muitas vezes, incham a máquina na pública, trazendo assim, eu diria melhor, denegrindo a imagem do servidor público, daquele que realmente quer servir o povo do seu Estado, do seu município, do seu país e que através de caprichos pessoais, muitos políticos que se elegem para diversos poderes, para diversos cargos, se aproveitam para inchar a máquina, para criar aí então, os "marajás" de fato, aqueles que o Presidente Collor tentou fazer, denegrindo a imagem do servidor público como um todo, generalizando todos os servidores públicos do País, mas realmente aqueles politiqueiros que criam os "marajás" de fato, os parasitas do poder público, os parasitas do dinheiro público isso vem realmente a prejudicar os servidores que realmente trabalham, que realmente se dedicam para fazer a máquina pública funcionar, para fazer o povo ser bem servido com o seu trabalho.

Finalizando queremos novamente, parabenizar a todos os servidores públicos, especialmente os servidores públicos do

Estado do Paraná.

Hoje, ao chegar na Assembléia, quando cumprimentava alguns servidores, alguns nos questionavam: "Mas, Deputado, só parabéns não serve...".

Mas o que nós podemos dizer em nome do nosso partido, o PT, aqui nesta Casa, não foi por falta de batalhar, de reivindicar e denunciar as injustiças que se cometem contra o servidor público, não é por nossa falta, não é por falta de exigirmos o direito do servidor que ele está na situação em que se encontra.

Temos batalhado, criticado, apresentado sugestões e emendas, para que tirássemos o servidor público do Paraná desta situação de lamúria em que ele permanece. Além de parabenizar neste dia, teremos de, novamente, cobrar do Governo do Estado, uma postura coerente, digna, de que os servidores do Estado tenham realmente os seus direitos respeitados e o seu poder aquisitivo revisto e que no seu poder aquisitivo salarial ele possa realmente ter uma vida digna.

Queremos especialmente homenagear os servidores desta Casa, da Assembléia Legislativa, porque graças a eles esta máquina burocrática caminha e, muitas vezes graças a eles, aqui na Assembléia e também dos servidores do município e do estado, é que muitos Deputados, muitos chefes do Poder Executivo, prefeitos, vereadores e secretários conseguem colocar as suas placas, e eu diria até, desrespeitando o dinheiro público e o povo, e os servidores do estado colocando suas placas para em seus nomes, levar benefícios e vantagens políticas.

Os nossos parabéns aos servidores do estado, especialmente aos servidores da Assembléia e a todos os servidores do Estado do Paraná, dos municípios e do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Liderança do PL.

(Declina).

Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PDT.

(Declina).

Liderança do PRN.

Está com a palavra o Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ocupo a tribuna hoje para falar sobre a interiorização do Governo Roberto Requião.

Além da interiorização do Governo Requião, devo contar aqui alguns fatos que ocorreram neste Governo, quando foi à região de União da Vitória.

Faço esta análise e conto os fatos, para que os Senhores Deputados sintam o Governo que esse Estado tem.

O Senhor Governador Roberto Requião tem audiências com prefeitos da minha região, onde ele perdeu as eleições de três votos por um.

E em nenhuma audiência que ele teve com prefeitos ele esqueceu de falar do nome do ex-candidato a Governador, José Carlos Martinez. Em alguns casos foi tão grotesca a posição do Governador que perguntou a um prefeito se ele pertencia ao PMDB do M. E, o prefeito, assustado, perguntou o que seria o PMDB do M. E ele disse que o PMDB do M era o PMDB do Martinez. A um outro prefeito, e decerto ele estava, como disse o prefeito, diagnosticando a situação do governador, estava com "stress" agudo, e então ele disse: "como é que vai o Deputado Martinez? "Os Senhores poderiam mandar invadir as suas terras que foram todas roubadas". E continuando a falar depois do Deputado Martinez passou a falar do Deputado Annibelli. E aí o prefeito com a postura que tem, disse ao Governador: "Vossa Excelência não deveria falar dos meus amigos; pois estão ausentes". O prefeito avermelhou-se e não falou mais nada.

Leio hoje aqui nesta tribuna e conto este diálogo para que os Senhores analisem este Governo do Paraná.

Mas o assunto que mais me preocupa e aí é que eu não sei qual é o fator que desequilibra o nosso governador foi quando ele falou aos prefeitos da minha região que não está fazendo obras neste Estado porque está fechando, tapando os buracos que o Governador Álvaro Dias deixou neste Estado. E, no sábado, o vejo no mesmo palanque abraçando o ex-Governador Álvaro Dias dizendo que está unido com ele.

Quem tem amigo como Roberto Requião não precisa ter inimigo.

Prezados Senhores, fui eleito na minha região como Deputado, fiz mais votos que o Governador Roberto Requião no segundo turno. Nos dez municípios fiz mais votos que ele. E este governador teve a coragem de ir à minha região e esconder o seu desgoverno, chegou lá dizendo que não faria nada à região porque lá não existia deputado, porque lá não tinham deputados que fizessem pedidos ao governo.

O Governador Roberto Requião é tão mal-educado que não sabe respeitar a vontade do povo. Não fui eleito pelo Palácio Iguazu. Não voei pelo Estado do Paraná em jatinhos de empreiteiros. Andei no meu carro. Fiz 18 mil votos. Não precisei deste governo para me eleger deputado. E ele não tem autoridade nenhuma em minha região para dizer que lá não tem deputado. Lá tem deputado e este deputado é mais governador do que ele, porque eu fiz mais votos que

ele no segundo turno.

E decerto tomado e possuído pelo resultado das eleições ele desceu em União da Vitória com sua metralhadora dirigida para todos os lados. O último que ele atingiu foi o Bispo de União da Vitória. Ele cobrou do Bispo de União da Vitória como é que ele aceitava que o Collor tinha subido a rampa do Palácio do Planalto junto com o Papa. Vejam se isso é assunto de um Governador tratar no Interior. Ele não foi governar na minha região. Ele foi deixar assustada aquela população ordeira, trabalhadora que não sabe senão fazer o bem a este Estado.

O Sr. Ademair Traiano - Senhor Deputado, eu quero me solidarizar com esse seu pronunciamento e dizer que lamentavelmente o comportamento deste governador tem sido igual como foi na sua região na minha região também. E infelizmente é lamentável que o povo do Paraná tenha que presenciar cenas tão grotescas da forma como vem presenciando com afirmações infundadas, declarações que, na verdade, levam apenas a intrigas pessoais e que nada trazem de alento a este Estado que tanto necessita da força dos seus governantes.

Infelizmente o Paraná colocou no Palácio Iguazu um Governador que necessita do preparo espiritual pela manhã ao meio dia, o acompanhamento de um psicólogo e à noite com certeza tem que ter também o acompanhamento em dose dupla, de mais um psicólogo. Porque o que nós estamos presenciando infelizmente no Paraná, são declarações extremamente perniciosas, há poucos dias nós liamos nos jornais que o governador não admitia a crise dos prefeitos do Paraná, botava a boca no trombone, mandava os prefeitos denunciar e renunciar aqueles em que realmente estavam achando difícil governarem as suas municipalidades, no dia seguinte os jornais de todo o Estado, estampam declarações diferentes do governador dizendo que os prefeitos realmente são homens de valores, trabalhadores, portanto, é impossível conceber e conseguir administrar um Estado da forma como vem conduzindo os destinos do Paraná esse governador.

Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência, de forma especial nobre Deputado Valdir Rossoni. O conhecemos desde o primeiro momento em que aqui chegou nesta Casa de Leis, nesse fórum amplo de debates a sua voz tem sido uma das vozes mais atuantes neste Plenário.

Além de me solidarizar com Vossa Excelência, quero também me solidarizar com aquele que aqui não está, o Deputado Antônio Annibelli, e de forma especial com esse homem honrado que o Paraná aprendeu a respeitar e admirar que é o Presidente

desta Casa, que da mesma forma como Vossa Excelência foi atingido pelo Senhor Governador do Estado quando da interiorização do seu Governo em União da Vitória. Quem presta para o Governador são apenas os homens do seu partido, os demais não prestam. Estes que assim pensam na verdade, não mereceriam ocupar os cargos que ocupam.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR ROSSONI - Eu uso, com a permissão do Presidente, o Horário da Liderança do PSDB.

Esse Governador no seu discurso de abertura, teve coragem de chamar todos os prefeitos de incompetentes. Sabem porque esse governador chamou os prefeitos de incompetentes? Porque ele não realiza em nenhum desses municípios nenhuma obra, e ele não teria outra justificativa a não ser atacar os prefeitos porque ele não faz. Porque se ele quisesse realmente realizar as obras na minha região, ele poderia estar realizando até contra a vontade dos prefeitos.

Mas eu sei muito bem que os prefeitos tem andado com o pires na mão de secretaria em Secretaria, o único fato que devemos registrar que em qualquer secretaria que os prefeitos da região sul do Estado do Paraná, entram, é que o secretário de Estado puxa de baixo de uma gaveta o resultado das eleições do 1º e do 2º turno.

Só lembram disso: - esse governo, que não tem moral nenhuma de achar que a minha região não tem deputado, porque um governo que dirige o BANESTADO como está dirigindo, um governo que se elege com o caso "Ferreirinha" e dá emprego para o "Baiano da Foice", não tem moral para sair neste Estado querendo dizer que é o melhor governador do Brasil.

Meus amigos estou indignado, com o governador, o governador não tem compostura, o governador é mau caráter, o governador é moleque, deixo aqui a vocês para analisar se ele é desequilibrado ou não é. Muito obrigado.

O Sr. Neivo Beraldin (aparte) - Meu caro

Waldir Rossoni, eu até posso entender a sua indignação ao assumir a tribuna na tarde de hoje, fazendo um discurso bastante severo ao nosso governador do Estado. Agora, é preciso, meu caro Deputado Waldir Rossoni, entender que o nosso Governador Requião não perdeu a capacidade de indignar-se, é evidente, que quando a classe política sofre um desgaste enorme, ele com a sua sinceridade e com a sua vontade de acertar, em levar uma mensagem positiva para União da Vitória e para a região, pode até ter feito alguma brincadeira que não tenha sido do agrado do senhor Deputa-

do.

Mas, fundamentalmente, é preciso saber e entender que o nosso Governador Roberto Requião, tem um passado de história político-administrativa que merece e deve ser respeitada. Não é só pelos deputados da Assembleia Legislativa, mas por todas as lideranças políticas do Estado do Paraná.

Então, o Governador Requião merece de nossa parte este aparte para solidarizar-me com o nosso governador do Estado. Porque ele não pode e não deve receber acusações tão graves e tão fortes como são colocadas na tarde de hoje, aqui. Nossa solidariedade ao Governador Requião, para que ele continue governando o Estado com a moralidade que vem governando, para que possa transparecer a decência e a vontade de servir à comunidade do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR ROSSONI - Eu quero dizer a

V.Exa., Deputado Neivo, que o senhor colocou aqui e não sei a que ponto o senhor quis chegar, mas o senhor poderia aproveitar esta oportunidade e levar esta mensagem que eu disse nesta Casa, e dar o ensinamento que nós recebemos dentro da nossa casa, de falar, realmente como a gente age, e não como a gente gostaria que os outros agissem.

Eu não concordo com a sua posição e deixo aqui, nos anais dos senhores deputados, nós vamos ver neste "circo" muito mais assuntos com os deputados e o que vai ocorrer neste Paraná. Tenho pena do povo do Paraná ser governado por um homem que age deste forma, desta maneira.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu quero, com base no Regimento Interno, requerer a V.Exa. que determine à taquigrafia que faça expungir do discurso do Deputado Rossoni as expressões ofensivas à figura do Senhor Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido. A mesa defere e solicita...

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

- Eu quero indagar de S.Exa. e do Senhor Deputado líder do PMDB o que há de ofensivo no pronunciamento do Deputado Rossoni.

Porque a taquígrafa vai, daqui a pouco, suprimir totalmente o pronunciamento do Deputado Rossoni. E nós temos que preservar, neste parlamento, consciência política do Estado, a liberdade de opinião. Nós precisamos ser ativos. Não podemos agir como se fôssemos um coro de uma tragédia palaciana. Então, escreve-se um "script" na Casa Civil e nós todos, daí então como um coro de teatro grego, só di-

zemos o "amém". Concordamos e sublinhamos aquilo que se escreveu no Poder Executivo.

O dever da Presidência da Assembleia, eleita pela oposição, inclusive, é de preservar esta Casa como espaço de liberdade de opinião e como espaço democrático. O Paraná não pode ser mal servido neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa determina ao serviço de taquigrafia que expurgue as palavras "cretino" e "crápula". A Presidência também foi atingida pelas palavras do governador, porque também é Deputado oriundo daquela região, mas entende que os deputados não falam através do governador. Os deputados falam através da sua atuação como deputados e através da proposta orçamentária.

Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 067/91, subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência da presente Sessão, por motivo de viagem ao Município de Ponta Grossa, **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 133/91, subscrito pelo Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, justificando sua ausência da presente Sessão, onde estará assumindo compromissos com lideranças políticas de sua região e palestra no encerramento do IV Encontro Técnico Esportivo e Cultural dos Colégios Agrícolas do Paraná, que está sendo realizado no Município de Guarapuava. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando licença Plenária para representar este Poder Legislativo, na entrega de Título de Cidadania Honorária aos Exmos. Srs. Juiz de Direito e Prefeito do Município de Apucarana, que será realizada nos dias 29, 30 e 31 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis urbanos com o Município de Ivaiporã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 449/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem n° 089/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 234.616.000,00, para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 356/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/91, de autoria do DEPUTADO ALGACI TULLIO, dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumiram cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COM. DE FISCALIZAÇÃO. EMENDA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 24 de 21.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 89/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei vem a regulamentar o artigo 32 da Constituição Estadual, tendo por finalidade a obediência aos princípios, principalmente, da moralidade e publicidade, na administração pública estadual.

Diante da relevância do referido artigo e da urgência de sua regulamentação, é favorável o parecer deste Deputado.

Sala das Comissões, em 09.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

##### PROJETO DE LEI N° 89/91

P A R E C E R:

Considerando:

- que o controle das variações do registro dos bens e valores próprios do patrimônio dos que assumiram cargo ou função

no Estado deverá exigir espaço físico e estrutura administrativa, que conte inclusive com técnicos;

- que as comissões permanentes não tem essa estrutura prevista;

- que o artigo 2º do Projeto de Lei ao exigir os registros determina que esta responsabilidade será da Comissão Permanente de Fiscalização. Exigindo portanto um trabalho burocrático e consequentemente a referida estrutura acima citada;

- que este tipo de registro e acompanhamento deve ser próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Somos de parecer favorável ao referido projeto desde que a aprovação por esta Comissão seja condicionada a alteração do seu artigo 2º para que a agenda seja mantida somente no Tribunal de Contas do Estado, evitando duplicidade de arquivamentos e de estrutura, e motivo de emenda deste Deputado a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 15.08.91

(aa) DUILIO GENARI

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

#### EMENDA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

##### PROJETO DE LEI N° 89/91

Modifique-se o artigo 2º, do Projeto de Lei n° 89/91 para o seguinte teor:

"Artigo 2º - O registro de que trata o artigo anterior terá caráter reservado e será mantido sob guarda do Tribunal de Contas do Estado, devendo ser atualizado pelo declarante sempre que houver variação patrimonial durante o exercício e ao concluir seu mandato.

§ 1º - No que se refere ao registro de bens do governador e dos Secretários de Estado observar-se-á o previsto neste artigo.

§ 2º - O Tribunal de Contas do Estado remeterá mensalmente ou imediatamente quando solicitado, relatório reservado à Comissão de Fiscalização, quanto a situação das análises dos registros de bens".

Sala das Sessões, em 14.08.91

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Duílio Genari

#### JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta evita que se crie uma estrutura técnico-administrativa junto a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e repassa ao Tribunal de Contas esta obrigação.

Considerando que a análise das declarações daqueles que assumirem funções e cargos no Estado exigirá um trabalho burocrático sistemático e a possível emissão de pareceres e declaração somos de opinião que o Tribunal de Contas apresenta-se como o órgão mais capacitado para tal missão.

Curitiba, Segunda, em 28.10.91

Outrossim, a Comissão de Fiscalização, por esta modificação proposta, receberá mensalmente relatório de avaliação destas declarações de bens. Além do que, permitirá, a qualquer tempo, que a Comissão solicite informação individualizada em função de qualquer ocorrência.

Pelo mérito da matéria e pela necessária organização que deverá dar suporte a este trabalho de fiscalização é que apresentamos esta emenda e solicitamos o apoio aos nobres Parlamentares.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a suspensão do Regime de Urgência e o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 89/91. **Aprovado.** Fica portanto, suspenso o Regime de Urgência e o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 89/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/91, de autoria do Deputado JOÃO INSEN, concede reajuste de 158% ao Pessoal das Fundações Estaduais de Ensino Superior do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. CONTRÁRIOS da C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 44 de 29.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 159/91 DE AUTORIA DOS ILUSTRES DEPUTADOS NILTON CÉSAR SERVO E JOÃO IENSEN

PARECER:

SÚMULA: Concede reajuste de 158% ao Pessoal das Fundações de Ensino Superior do Estado.

A primordial atribuição desta egrégia Comissão é proceder a análise e posterior emissão de pareceres quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa no que diz respeito a todas as proposições que são encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado, condição "sine qua non" para que as mesmas possam prosseguir sua tramitação até final decisão do Plenário.

No desempenho dessa atribuição e ciente da imensurável responsabilidade que nos é delegada, tenho como dever inicial, a necessária obrigação de alertar aos demais membros desta Comissão com relação ao indiscutível vício de inconstitucionalidade que irremediavelmente atinge o projeto de lei em estudo.

Com efeito, este plano de lei fere dispositivo constitucional previsto no art. 66, inc. I, da Constituição Estadual que determina ser "DE INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO AS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE" (art. 66) a "CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER



EXECUTIVO OU AUMENTE SUA REMUNERAÇÃO" (Inc. I), e portanto a sua apresentação através do Poder Legislativo contraria frontalmente o princípio de competência exclusiva contemplado no texto constitucional mencionado, que, pela sua meridiana clareza, não admite outra interpretação.

Todavia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a eiva de inconstitucionalidade que atinge o Projeto não deverá ser considerada tão grande, a ponto de impedir o pronunciamento livre, soberano e democrático desta Comissão, e por extensão do próprio Plenário da Assembleia Legislativa, sobre assunto de tão grande relevância para os superiores interesses de um dos mais significativos segmentos da sociedade civil, e que, por sua magnitude, está causando justificável preocupação quanto ao futuro do ensino em nosso Estado.

A questão salarial dos servidores dos estabelecimentos de ensino superior do Estado do Paraná é, na verdade, apenas uma parte de um grande e imenso problema que atinge de forma mortal o sistema educacional paranaense, seja ele de 1º, 2º ou 3º grau.

Essa situação verdadeiramente caótica é que, nos últimos anos, tem determinado a mobilização da comunidade educacional: professores, alunos e simples servidores, na tentativa - até agora sem sucesso - de superar a intransigência do Senhor Governador do Estado, que tem se mostrado insensível e refratário a qualquer tipo de diálogo que vise uma solução digna, humana e racional para o angustiante drama.

Ante à excepcionalidade do caso, entendendo, nobres Colegas, que a aprovação ou rejeição deste Projeto, deverá ser considerada como fator secundário, já que o mais importante é que a Assembleia Legislativa, como Poder legítimo e constitucionalmente constituído, se manifeste, se pronuncie e demonstre que está atenta e vigilante, sempre na defesa de um dos maiores patrimônios paranaenses: A EDUCAÇÃO DE SEU POVO.

Face ao exposto, e mesmo ciente da impossibilidade jurídica e constitucional do presente Projeto de Lei, opinamos no sentido de que se dê continuidade a sua tramitação, oportunizando-se a sua apreciação pelo Plenário, que com sua indelegável soberania saberá, por certo, dar-lhe a importância merecida, satisfazendo, temos certeza, a verdadeira intenção dos ilustres Deputados subscritores.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 159/91

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de lavra do nobre Deputado JOÃO IENSEN, tem por finalidade conceder reajuste de 158% ao pessoal das Fundações Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

Não obstante se deva reconhecer que a categoria padece por defasagem salarial, e de justiça dever-se-ia conceder o reajuste proposto, a iniciativa parlamentar, como se apresentou, há de falecer por intransponível óbice constitucional e não prever quantitativo igual ao volume de numerário capacitado a suprir o reajuste proposto, como é regra legal.

À vista disto, em que pese o respeito que este Relator dispensa ao Autor, o PARECER é no sentido de que o Projeto de Lei em foco seja REJEITADO nesta Comissão.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 159/91

PARECER:

Em analisando a proposição supra, que versa sobre a concessão de aumento ao funcionalismo afeto a autarquias, fundações, em evidente inconstitucionalidade, somos como as demais comissões, de PARECER CONTRÁRIO a tramitação, pelos motivos invocados.

É o parecer CONTRÁRIO.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para orientar a Bancada que apóia o Governo, nesta Casa, que vote contrariamente a este Projeto, por ser flagrantemente inconstitucional.

Gostaria de reafirmar o interesse da Liderança do Governo em que esta matéria seja rejeitada por ser inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se.

Quinze Senhores Deputados aprovam; 14 rejeitam.

Aprovado.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 161/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e da Deputada EMÍLIA BELINATI, que regulamenta o Art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. A C.C.J. e C.O.P.T.C. deram PARECERES FAVORÁVEIS ao Projeto quando foram levantadas dúvidas com referência a Lei n° 9.490, de 21 de dezembro de 1990. Com EMENDA da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 45, de 30.04.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, o Projeto de Lei n° 161/91, tem como escopo a regulamentação do Art. 235, da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado a percepção do VALE-TRANSPORTE.

Verifica-se, quanto ao mérito, que a iniciativa é bastante oportuna, pois torna exequível a percepção pelos servidores públicos de benefício que lhes é assegurado pela Carta Magna Estadual, que exige lei regulamentadora para sua aplicação.

Não há qualquer vício que possa comprometer a juridicidade ou constitucionalidade do Projeto, proposto que foi em obediência às normas vigentes.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

AUTORES: Plauto Miró Guimarães e Emília Belinati

SÚMULA: Regulamenta o Art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE, conforme especifica.

Pronunciaram-se FAVORAVELMENTE sobre o Plano de Lei em tela, as Comissões de Constituição e Justiça e a de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

DISCIPLINA DA MATÉRIA

Para honra nossa, o vale-transporte é idealização do paranaense Affonso Camargo Neto, tomando a Lei o n° 7.418/85. Houve alterações posteriores. Limitou os benefícios apenas para os servidores públicos

federais e para todos os trabalhadores do País.

A nossa Carta Estadual, entretanto, assegurou aos servidores públicos estaduais, na forma da Lei, a percepção do benefício do vale-transporte (Art. 235).

Impunha-se, pois, a sua regulamentação.

A matéria envolve - não há como negar - elevado alcance social e vem ao encontro das elevadas funções desta Casa de Leis.

Ao tempo em que nos congratulamos com os autores do presente Projeto de Lei pela feliz iniciativa, louvamos a visão de prospectiva que deve nortear os Legisladores no afã de não obstar a previsão e planejamento governamentais: tanto, posterga a sua vigência para primeiro de janeiro de 1992.

Pela apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa assegurar aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional, deu PARECER FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, de conformidade com o Art. 53 do Regimento Interno, conclui igualmente pelo PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

Matéria controversa

SÚMULA: Regulamenta o Art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado, a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE.

O Projeto de Lei acima sumulado, de autoria conjunta dos ilustres Deputados Plauto Miró Guimarães Filho e Emília Belinati

nati, foi encaminhado à Mesa Executiva em data de 30 de abril de 1991, onde foi protocolado sob n° 4.065.

Em sua tramitação regimental, obteve pareceres favoráveis e unânimes desta Comissão, da Comissão de Finanças e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 29 de agosto próximo passado, o ilustre Deputado Orlando Pessuti, em encaminhamento de discussão, propugnou pela sua rejeição, argumentando a preexistência da Lei n° 9.490, de 21 de dezembro de 1990, que já instituiu o chamado "vale-transporte" no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

Estabelecida a controvérsia, o digníssimo Presidente da Casa houve por bem em determinar o seu retorno a esta Comissão, para que a dúvida levantada seja definitivamente dirimida.

Sob análise, verifica-se, indubitavelmente, que a Lei n° 9.490 e o Projeto de Lei em estudo tratam de um mesmo assunto, que é a instituição do vale-transporte em benefício do funcionalismo público estadual.

Entretanto, a Lei n° 9.490, em vigor desde 21 de dezembro de 1990, permanece como "letra morta", por falta de regulamentação, já que o Poder Executivo, apesar do tempo decorrido, ainda não baixou o ato que deveria regulamentá-la, descumprindo a determinação contida no Art. 7°, que lhe conferia o prazo de sessenta (60) dias para tal providência.

Acrescente-se, por oportuno, que a mencionada Lei não foi editada com o fim de REGULAMENTAR o Art. 235 da Constituição Estadual, mas sim e apenas para INSTITUIR o vale-transporte. Enquanto isso, SENHORES DEPUTADOS, o Projeto que ora retorna a esta Comissão, se transformado em Lei, INSTITUIRÁ e, ao mesmo tempo, REGULAMENTARÁ o dispositivo constitucional, tornando-o auto aplicável a partir da data em que a Lei entrar em vigor.

Em última análise, nos parece que a regulamentação do vale-transporte, prevista constitucionalmente, é o objetivo comum de todos os Senhores Parlamentares, inclusive, afirmamos, daquele que suscitou a dúvida - o ilustre Deputado Orlando Pessuti, segundo se depreende de suas próprias palavras, proferidas em plenário e fielmente reproduzidas no Diário da Assembleia n° 106, do dia 29.08.91, página 18.

Ante tal constatação, nos parece que a coerência e a lógica apontam para a solução mais rápida e racional, que é a APROVAÇÃO do Projeto e comitante REVOGAÇÃO da Lei. Dentro desta linha de raciocínio, propomos a esta Comissão a inserção no Projeto, da seguinte emenda modificativa

ao seu Art. 11:

#### EMENDA MODIFICATIVA:

O Art. 11 do Projeto de Lei n° 161/91, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 11 - Revogada expressamente a Lei n° 9.490, de 21 de dezembro de 1990 e demais disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 1992."

Uma vez aprovada a emenda que ora apresentamos, nos parece que a questão suscitada pelo nobre Deputado Orlando Pessuti estará definitivamente resolvida, não havendo outros óbices de ordem legal que impeçam o Plenário de apreciar e decidir sobre a relevante matéria que trata o presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Apoiamto: Rafael Greca de Macedo, Nelson Justus, Rossoni, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Ovídio Constantino e Costenaro Neto.

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 161/91

P A R E C E R:

#### Matéria Controversa

Analisando a proposição apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, que objetiva a modificação da disposição controversa na peça inicial, somos de opinião que tal instrumento é capaz de adequar a matéria para a sua tramitação normal em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria da Senhora Deputada Emília Berlinati e do Senhor Deputado Flauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 161/91.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão e votação por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 161/91.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a criação da "Central de Atendimento de Emergência", através de ambulância, na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J.

e FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 48, de 07.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 163/91

P A R E C E R:

AUTORIA: Deputado Carlos Simões

SÚMULA: Autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de Ambulância na Região Metropolitana de Curitiba.

Objetiva o Projeto de Lei em exame a criação de uma "central" para atendimento emergencial de acidentados e portadores de doenças graves, através de ambulâncias, o que, em última análise, seria mais um "pronto socorro" nos mesmos moldes dos que já funcionam na grande Curitiba.

Inicialmente há que apontar-se gritante falha técnica legislativa, pois que em sendo um Projeto meramente autorizatório, teria que, obrigatoriamente, indicar a qual órgão da administração estadual estaria subordinado e que, via de consequência, seria o responsável por sua implantação. Da forma como o Projeto foi redigido, não nos permite distinguir em que plano administrativo o serviço emergencial ficaria situado, fato este que, por si só, compromete a sua normal tramitação.

Por outro lado, nos parece que o Projeto contraria determinação contida no Art. 87, inc. VI da Constituição Estadual, que estabelece como sendo de competência privativa do Governador do Estado "DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, NA FORMA DAS LEIS".

A organização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná, está delineado pela Lei n° 8.485, de 03.06.87, ainda vigente, e que no seu Art. 2° estabelece:

"O Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzem, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas, em estreita articulação com os demais Poderes e com os outros níveis do Governo, sendo responsável perante eles pela correta aplicação dos meios e recursos que mobilizar na sua ação executiva."

Por tudo isso, se chega à conclusão indiscutível de que a pretensão do subscritor do Projeto seria exequível por um simples ato de vontade administrativa do Poder Executivo ou através de gestões pessoais do nobre Deputado junto aos órgãos competentes.

Curitiba, segunda, em 28.10.91

Ainda como sugestão, poderia o Senhor Deputado ingressar junto à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, com uma INDICAÇÃO, solicitando ao Poder Executivo a implantação do serviço emergencial desejado.

Por essas razões e considerando as falhas legais, constitucionais e de técnica legislativa, somos pela REJEIÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 163/91

P A R E C E R:

Trata o Projeto de Lei ora em tela, de proposição que visa a criação de uma central de ambulâncias para prestar atendimento emergencial aos acidentados e portadores de doenças graves, transportando-os aos hospitais para o socorro necessário, como também aos pacientes em tratamento, que necessitem de transporte, quando em prescrição médica, que não tenham condições de fazê-lo.

Do ponto de vista meramente técnico, não nos parece em nenhum momento prejudicial ao sistema de saúde pública, vez que sempre necessário se faz o atendimento dos pacientes em situações emergenciais, mormente os que sofrem acidentes em vias públicas, sendo obrigação do Estado providenciar meios para seu pronto socorro.

Assim, a presente proposição reveste-se de caráter humanitário e social, pelo bem que visa proporcionar à população notadamente mais carente, que nem sempre tem condições de arcar com as despesas de táxi até o hospital para a continuação do tratamento a que se submetem.

Por estas razões acima aduzidas, é que opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto ora sob censura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 163/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Carlos Simões, visa o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar a Central de Atendimento de Emergência, através de Ambulâncias, na Região Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, em relação aos aspectos de legalidade, constitucionalidade e de técnica legislativa, posicionou-se **CONTRARIAMENTE** à aprovação do Projeto de Lei em discussão.

Por outro lado, a Comissão de Saúde Pública, manifestou-se **FAVORAVELMENTE** ao mesmo, devido ao caráter humanitário e social nele incluso.

Esta Comissão, chamada a opinar, conforme o § 6º, Art. 33 do Regimento Interno, conclui, através de seu Relator, **FAVORAVELMENTE** à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 163/91.

**Indeferido** o requerimento, por ser antiregimental, pois o Projeto já saiu uma vez da Ordem do Dia.

**Não recebido pela Mesa.**

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Senhor Presidente, para encaminhar o Projeto nº 163/91.

Apenas quero registrar a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, contrária ao Projeto - não no seu mérito - mas na sua forma.

Primeiro porque, na verdade, a criação de um sistema de atendimento através de ambulância, pode perfeitamente ser implantado sem autorização desta Casa Legislativa. Mais do que isso, com o Sistema Único de Saúde, ele passa a ter atribuições de gerir este tipo de serviço.

E, finalmente, também levando em consideração que o Projeto, tecnicamente sequer prevê qual o órgão que ficaria encarregado de implantar e coordenar este tipo de atendimento.

Então, nós entendemos, neste sentido, que embora a iniciativa seja louvável, seja válida no seu mérito, ela se reveste na forma desses vícios, e nós, portanto, entendemos que o Projeto, nestas condições, não deve ser aprovado por esta Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência colocou em votação o item 7º da Pauta, o Projeto nº 163/91, de autoria do Deputado Carlos Simões? Existe um requerimento pedindo retirada por 20 (vinte) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

acabou de despachar pelo indeferimento do requerimento, com base no Regimento Interno. O Projeto já foi adiado uma vez, e agora só poderá ser feito na fase de 2ª discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Carlos Simões.

O mérito de se criar um serviço de ambulância na região metropolitana de Curitiba é indiscutível. Não é de hoje que nossas populações, sobremaneira as populações mais pobres, carecem de atendimento imediato e para isso, nessa Assembléia, também temos nós algumas ambulâncias. E eu mesmo com a minha vivência de provedor do Albergue São João Baptista que até o seu incêndio em abril desse ano, era o ponto final da maioria das pessoas feridas pela doença, oprimidas pela miséria, sobretudo os aposentados de FUNRURAL que vêm de todo o interior do Estado para serem atendidos pela rede hospitalar de Curitiba, possam testemunhar da necessidade de se dar transporte aos mais pobres dentre os pobres, sobremaneira, quando precisam emergencialmente de atendimento.

No entanto me parece que esse Projeto poderia ser transformado numa indicação ao Senhor Secretário de Estado e Saúde, mesmo porque ele é falho em técnica legislativa, é meramente autorizatório, ou seja, tem o mesmo valor de um requerimento feito por sugestão aqui na Mesa da Assembléia, e, mais do que isso, ele não indica quais órgãos do Poder Público Estadual cuidariam desta Central de Atendimento. Vale ainda lembrar que mercê da miséria moral reinante no Brasil, há também uma tendência de determinados setores da população de fazer turismo com ambulância, coisa que eu já observei diversas vezes, inclusive no Albergue São João Baptista. A idéia de servir ao Hospital de Clínicas como Dona Maria, a louca, guia as águas nos banhos de Liseu perto de Lisboa. A idéia de se pegar uma ambulância é exatamente para vir a cidade ou para ir visitar um parente por conta do Prefeito, da prefeitura da cidade, isso também se observa. De maneira que, ao felicitar o Deputado Carlos Simões pela sua preocupação humanitária, eu não posso deixar de condenar a falha legislativa que fez, inclusive, com que eu fizesse contrário ao meu coração humanitário com meus princípios de solidariedade, um Parecer Contrário na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a esse Projeto.

Me parece que o Paraná precisa de um sistema referencial de saúde, precisa de hospitais em todas as cidades pólo e precisa de um sistema de computação que reserve as vagas dos hospitais dentro do Sistema Único de Saúde, a exemplo do que fazem as companhias aéreas, por exemplo, para acabar com o passeio dos agonizantes e dos moribundos pelo território do Estado, às vezes em "extremis", na própria hora da morte.

Então um eficiente sistema único de saúde implantado pela Secretaria de Saúde do Estado, acoplado a um sistema de reserva de vagas gerido pela CELEPAR, satisfaria não só o Deputado Carlos Simões - como todos nós, como a própria humanidade que, de resto, no atual estado de coisas tem sede de justiça.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para discutir) - Eu, mais uma vez, ouvindo atentamente o Deputado Ernani Pudell e ouvindo atentamente o Deputado Rafael Greca, Senhores, o que pede o Deputado Carlos Simões, é uma idéia, é um Projeto Autorizatório. É uma idéia! Uma idéia para transpor as paredes daqui e chegar ao Palácio e alertar o Governador do Estado que há necessidade de ambulâncias não só nos hospitais, não só na Assembleia Legislativa do Paraná. Eu acharia que nós deveríamos evoluir, crescer, caminhar para o ano dois mil, acho que nós deveríamos ter em todas as delegacias de polícia ambulâncias, todos os hospitais abarrotados de ambulâncias, nós deveríamos ter em todos os municípios do Paraná hospitais funcionando, vamos relembrar o caso de Vossa Excelência me disse outro dia e disse no meu programa de televisão que o Hospital de Cascavel é para 400 leitos e apenas dez ou vinte leitos estão funcionando. Então são idéias, porque não votar uma idéia, outro dia o Deputado Luiz Carlos Martins trouxe uma idéia, como estou trazendo várias, estou com várias projetos sendo elaborados com idéias, faz quem quiser, ninguém é obrigado a fazer, nós temos que levar idéia ao Governo do Estado, e esta é uma idéia que o Deputado Carlos Simões está levando à Capital do Estado, porque não, ter uma ambulância para socorrer. Esta semana o Jornal Correio de Notícias ligou desesperadamente para meu gabinete na Assembleia Legislativa pedindo uma ambulância para socorrer um cidadão que estava caído em frente ao Jornal Correio de Notícias, no mesmo tempo um outro funcionário do Jornal ligou para o gabinete do Deputado Anibal Khury, na mesma hora duas ambulâncias, a do meu gabinete e a do gabinete do Deputado Anibal Khury chegaram até o Jornal Correio de Notícias para socorrer o cidadão que estava jogado na sarjeta, li-

garam para todos os hospitais, ligaram para todos os lugares e não tinha ambulância para atender o cidadão que estava caído na sarjeta. Ora meu Deus, que Projeto é esse? O Projeto é difícil? Quer dar uma idéia para o Governador de fazer uma central de atendimento para capital do Estado, em Rolândia, Ibioporã, Araucária, em São José dos Pinhais. Não é difícil. Deixa o moço dar a idéia dele, o Governador faz se quiser, mas que é preciso é preciso ter ambulâncias para o povo do Paraná.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Para encaminhar)

Eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de pedir a solidariedade aos nobres Pares desta Casa porque coincidentemente o Deputado Carlos Simões é muito feliz como bem disse o Deputado Alborghetti na proposição desta lei, ele deixa bem claro uma preocupação de todos nós. Eu gostaria aqui de relatar um fato verdadeiro que aproximadamente trinta dias atrás eu estava me dirigindo nas imediações da Faculdade Tuiuti, ali no momento tinha ocorrido um acidente. A pessoa estava deitada no chão, trouxeram cobertor, mas até então a ambulância não tinha chegado. Eu parei. Parei não como Deputado, mas como cidadão. Eu estava com uma camionete, tentei reclinar o meu banco para colocar a senhora que estava caída, chegou o marido dela, mas ninguém quis por a mão, porque estavam com medo de ter uma fratura e poder causar problemas maiores. Fui ao primeiro módulo policial e não encontrei nenhum policial. Corri ao Hospital Evangélico, cheguei ao Hospital Evangélico todas as ambulâncias estavam comprometidas, um elemento estava falando no telefone, pedi pelo amor de Deus que ele me atendesse, ele não me atendeu. Xinguei ele, falei, pelo amor de Deus, uma vida está correndo risco, aí entrei na sala dos médicos e falei, pelo amor de Deus, um médico entre aqui no meu carro, o meu carro já tinha ido embora, mas eu peguei um táxi, levei o médico no táxi, chegamos lá, felizmente já tinha sido socorrida.

Mas veja bem Alborghetti, demorou tudo isso, eu fui ao módulo policial, eu fui ao hospital, peguei o médico, paguei o táxi, e a pessoa lá caída, poderia ser minha mãe, poderia ser a sua mãe, poderia ser a mãe de qualquer um, poderia ser qualquer um dos nossos filhos. Então essa idéia do Deputado Carlos Simões, respeitando a idéia do ilustre Deputado Rafael Greca de Macedo, eu acho que cabe emendas, cabe emendas para melhorar o seu projeto, nós podemos ter uma central de ambulâncias independente de nós termos os hospitais, independente de nós termos a Assembleia, nós poderemos ter uma central à disposição da Secretaria da Saúde que fique num de-



terminado campo da cidade, na central, que essas pessoas possam solicitar. Por isso que acho e peço encarecidamente, aconteceu esses dias, eu assisti, eu fiquei estarelecido e coincidente o ilustre Deputado Carlos Simões tem a felicidade de apresentar o projeto que vem em boa hora.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Eu queria fazer uma sugestão, caso contrário o projeto não seja aprovado, daria uma sugestão ao candidato a Prefeito de Curitiba, Carlos Simões, se vingar a idéia, se o povo o eleger, o faça como nós fizemos em Londrina. A Prefeitura Municipal de Londrina tem uma central de atendimento com ambulâncias para atender toda a minha cidade. Quem sabe Vossa Excelência seja feliz nesta caminhada de encontro à Prefeitura Municipal da Capital, possa Vossa Excelência, se o projeto não for aprovado, se essas idéias não forem levadas ao Palácio, fazê-las como prefeito municipal.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, eu quero louvar a observação do Deputado Rafael Greca e também do Deputado Ernani Pudell; apenas eles observaram a legalidade, friamente analisaram a matéria, friamente observaram que o meu projeto não seria viável tecnicamente e juridicamente. Mas, Deputados, quero lamentar profundamente, os Senhores como dois estudiosos, pessoas conhecedoras, pessoas de uma cultura parlamentar, jurídica e social muito grande eu peço aos Senhores que tenham uma boa vontade com a população. Se os Senhores que têm uma boa vontade com a população, os Senhores dois Deputados que dizem que têm, realmente, preocupação social com o povo por que é que não apresentaram emendas, um substitutivo geral para o Projeto? Porque é muito fácil, companheiros Deputados, nesta hora, na parte final do projeto, dizer que ele não tem viabilidade jurídica. Lamento, então, que V.Exas. não tivessem proposto um subsídio para mim, me ligassem, apresentassem uma alternativa ao projeto se ele é bom, se os senhores aprovam que a idéia é interessante, que a idéia é boa!

Temos que sair, do discurso da Oposição; eu sou contra aquele, sou contra esse e não quero saber. Por isso, que os políticos brasileiros, em regra, estão muito mal. E hoje eu mostrei no meu programa de televisão uma enquete em que mais do 90% do povo protesta veementemente contra os políticos por esse tipo de coisa, de atitude, diria até, incoerente de dois Deputados, que eu tenho profundo respeito pelas colocações que fazem nesta Casa das quais eu sou um bom ouvinte na maioria das vezes, lamento tristemente que tenham to-

mado esta atitude intempestiva, agora, num momento inadequado, indevido.

Nesta hora, eu faço um apelo aos demais Deputados não por mim, o meu projeto sendo aprovado ou não, não é isso, nós temos a sequência política e, se Deus quiser, o ao que vem eu proponho novamente este projeto completo, com os dados devidos, com a devida correção jurídica e legal da questão.

Mas, foi sabidamente colocado aqui, pelo Deputado Alborghetti, companheiro de comunicação, que o que precisa a população é de soluções e o que precisa o Governo do Estado, o Executivo é de idéias. Realmente é uma idéia, a colocação simples do Deputado Alborghetti, porém, profunda e disse tudo. É uma idéia que eu tenho e que eu tive também como vereador em Curitiba, a idéia de criar a central de ambulâncias; infelizmente, foi vetada pelo Prefeito Jaime Lerner, vetada intempestivamente, no entanto, o prefeito agora está criando uma central de ambulâncias com o nome que tínhamos dado. No primeiro dia como vereador de Curitiba eu propus para Curitiba uma central de ambulâncias, com todo o carinho ao Dr. Rosinha, que não está aqui, que me trouxe subsídios para que o projeto se viabilizasse legalmente e o prefeito municipal, infelizmente, vetou o meu projeto: talvez, nem conhecesse profundamente, mas pela sua equipe de técnicos frios que analisam a coisa apenas legalmente, apenas as palavras e não vão a fundo na questão social.

Companheiros Deputados, a idéia está lançada, está nas mãos de vocês. A idéia está aí, ela é interessante, pura, genuína, é para o bem comum, para o bem social da comunidade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Apenas retificando a posição da nossa Bancada e atendendo os apelos do autor do projeto, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores vamos, portanto, dar guarida a este projeto em primeira votação, mas nos reservando, também o Nobre Deputado Alborghetti com sua eloquente argumentação, ao direito de apresentar as nossas emendas. Porque quero dizer uma coisa a todos os Parlamentares, que a nossa função não é fazer demagogia, muito menos vender ilusões. É preciso que pelo menos um projeto de lei que cria alguma coisa, ele diga pelo menos que vai executar esta atividade que foi criada. Isto é um projeto inócuo. A ser aprovada do jeito que está, ele não traz nada a não ser mais uma ilu-

são. De direitos sociais ao povo trabalhador, isto está cheio por aí. Agora, cumprimento destes direitos, são outros quinientos. Por isto temos que fazer leis sábias, leis exequíveis, técnica e juridicamente bem fundamentadas e que tenham o respaldo inclusive financeiro.

Nós talvez amanhã vamos inclusive apresentar emendas já prevendo de onde poderemos tirar algumas ambulâncias para começar esta central. Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sentimos a necessidade de que existe no melhor atendimento na área de saúde. Porém, entendemos que a intenção do Deputado Carlos Simões é das melhores, porém ficamos numa dúvida muito grande. O artigo 2º diz que a central de atendimento de emergência terá sua sede no município de Curitiba e atenderá aos municípios componentes da Região Metropolitana de Curitiba. Aí pergunta-se ao Deputado Carlos Simões, faltou nesta complementação do artigo 2º de que talvez a COMEC, que é o órgão gerenciador da Região Metropolitana pudesse ser o órgão central de atendimento destas ambulâncias. Porque senão ficamos sem saber quem vai gerenciar esta central de ambulância que vai ficar em Curitiba, se seria a Secretaria de Saúde do Estado, ou se seria a COMEC, que é o órgão que gerencia, que discute os problemas da Região Metropolitana.

Com relação a Curitiba, temos uma central de ambulância na Secretaria Municipal de Saúde, que atende os 58 postos de saúde do município. Portanto Curitiba está devidamente aparelhada no que diz respeito à área da saúde.

Além do que, as questões de acidentes de trânsito é bom esclarecer que no convênio entre a Prefeitura, a Secretaria de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros, existe o SIATE, que dá atendimento às pessoas em acidentes de trânsito, que é algo pioneiro no País; e que serve de modelo para o País inteiro.

Com relação à Capital do Estado, graças a Deus, estamos bem servidos, muito embora a gente sinta que em algumas ocasiões o povo tenha dificuldade, talvez pela falta de uma maior informação de onde recorrer para ter o atendimento médico, o atendimento de emergência mais próxima de sua casa no momento em que mais necessita. Muito embora entendemos que o Governador venha a vetar o projeto.

Mas, de qualquer maneira, vale já como iniciativa e até uma sugestão ao governo

do Estado.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente. O Senhor Deputado Carlos Simões me imputou, a mim e ao Deputado Pudell, reputação de frieza. Na verdade, o zelo legislativo, a boa vontade com relação a que a Assembleia seja uma Casa por excelência e tenha a produção de diplomas legais factíveis, reais, justos, verdadeiros, não pode servir de pretextos para que S. Exa. me considere aquilo que não sou. Na verdade não tenho coração de pedra. Tenho só pedreiras, por herança.

Temos 58 centros de saúde na cidade de Curitiba, todos eles servidos por uma ambulância e o nosso povo está sendo gradativamente introduzido no direito constitucional à saúde, de acordo com a Conferência de Almaat (?), e a mais moderna, democrática é até socialista idéia de igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Devemos diferenciar o que é direito do povo e dever do Estado do que é assistencialismo, uma espécie de tarefa de ginca na que um radialista, ou um cronista de televisão passa para a sociedade, ou para o poder constituído. Tipo: - vá buscar aquela moribunda ali na esquina e leve depressa para a porta do hospital para tirá-la da frente. Porque daí o que é direito, o direito de ter atendimento à saúde, o direito de ser bem atendido, passa a ser apenas uma proeza de um herói de rádio, ou de televisão e a sociedade do espetáculo fica cada vez mais macabra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os 21 municípios da Região Metropolitana de Curitiba precisam ser servidos pelo Sistema Único de Saúde, mesmo porque não é favor nenhum do Estado, porque todos os trabalhadores destes 21 municípios estão pagando a Previdência Social, estão descontando o dinheiro que vai para o Caixa Geral da República e depois vem para a Secretaria de Saúde do Estado.

De maneira que até o projeto de S. Exa. me parece falha grave essa centralização em Curitiba, tendo a ambulância que ir buscar a moribunda de Bocaiuva ou o miserável em Campo Largo da Piedade, para depois então trazê-lo para cá. Será que não era o caso de já haver um sistema referencial de saúde em cada uma das cidades da Região Metropolitana para que a saúde não fosse tratada como coisa de andar com as calças na mão, como coisa de se fazer tão depressa, mas fosse tratada como um pro-

cesso de direito do povo.

De maneira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu não discordo da idéia do Senhor Deputado Carlos Simões, embora discorde da má forma como está formulada e mais ainda da péssima técnica legislativa aonde vem respaldada e mais ainda da incompreensão de S. Exa. de me imputar a frieza de um coração de pedra, quando na verdade o que eu quero é que a igualdade de direitos para todo povo seja legitimamente assegurada.

De maneira, Exa. que mesmo discordando do teor legal do diploma eu vou votá-lo, porque vale à pena acender uma luz, quem sabe nós comovemos o Senhor Governador do Estado e a saúde deste Estado passa a ser um direito e não um favor e muito menos um script de programas sensacionalistas de rádio e televisão.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Poder Executivo neste País, ele é extremamente ditatorial, ele é extremamente concentrador, talvez se essa idéia tivesse vindo do Executivo, estaríamos aqui todos aplaudindo. Essa idéia e eu fico em cima dos argumentos do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti é uma idéia do nobre companheiro Carlos Simões, que vem assim somar a esse serviço, que segundo o Vice-Prefeito Algaci Túlio é um serviço exemplar em Curitiba, Deputado Algaci, vem apenas somar, inclusive eu gostaria de ter o telefone desta Central da Prefeitura, com todo respeito para que possamos divulgar na Rádio Independência no nosso programa por toda imprensa, portanto somos favoráveis a idéia do Deputado Carlos Simões, nós estamos vivendo no mundo um momento de economia de escala e aí se pratica a verdadeira economia de escala. Vamos deixar o varejo, vamos para o atacado, portanto voto favoravelmente e tenho certeza que esta Casa vai aprovar o projeto do Deputado Carlos Simões e aí a questão de colocar em prática, de encontrar os caminhos certos, existe o Executivo para executar, nós damos a idéia o Executivo vai determinar como é que isso tudo vai funcionar.

De parabéns o Deputado Carlos Simões.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Sr. Presidente, respeitando as colocações do Deputado Rafael Greca, companheiro de bancada e aqui não vai nenhuma tentativa de qualquer resquício entre eu e o Deputado, mas que a gente quer diferenciar aqui é o seguinte:

O Deputado falou dos programas sensacionalistas de radialistas que de repente

querem virar heróis, aquela coisa toda, não é bem assim, nós homens de rádio e televisão fazemos um papel importante para a sociedade, tanto é verdade que até aqueles que não têm programa e que não são jornalistas que são, mas que nunca foram jornalistas e radialistas, hoje têm seus programas de televisão e de rádio também.

Eu acho que o papel nosso, meu, do Luiz Carlos Martins, do Carlos Simões, do Alborghetti são programas que visam orientar e ajudar no direcionamento daquilo que é solicitado a nós. Ninguém aqui quer virar herói, porque se assim o fosse estaríamos com estátuas nas cidades donde nós fazemos aqui a defesa do povo, nós procuramos auxiliar, ajudar, o que não podemos é levar a pecha de sermos sensacionalistas. Hoje não cabe nem espaço mais para isso no rádio e na televisão. Diante de tantos fatos lamentáveis não se tem espaço para se criar manchetes, para fazer sensacionalismo, porque existe tanta notícia ruim, tantos fatos lamentáveis, que nós até passamos rapidamente sobre as notícias, não há nem tempo para argumentar muito sobre as matérias. Então, o que é preciso diferenciar é essa colocação feita pelo Deputado Rafael Greca que no seu afã de dar a sua defesa em relação ao Deputado Carlos Simões acabou passando a mim e a outros Parlamentares a pecha de sensacionalistas o que eu não aceito.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu compreendo o que disse o Deputado Algaci Túlio e me desculpo com ele e com todos os detentores de programas de rádio e de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. (Pausa). APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 267/91, e autoria do Deputado Geraldo Cartário, cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. n.º 77 de 25.06.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 267/91

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade a criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
ROSSONI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 267/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Geraldo Cartário

SÚMULA: Cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo

Pronunciou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

O presente PLANO DE LEI, configura-se como de cunho altamente social.

Como os efeitos se transferem para o exercício financeiro de 1992, nada há que obste sua tramitação normal.

Para apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 267/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, objetiva criação do Sistema Estadual de Crédito Educativo.

A iniciativa, de nobre objetivo, está em perfeita consonância com as disposições dos arts. 177 a 189 da Constituição Estadual.

Nesse sentido, deve, o respectivo programa, ser incluído na Lei Orçamentária para 1992, a fim de que não se incorra na vedação do art. 135, I da Constituição Estadual, que assim dispõe:

"Art. 135 - São vedados:

I - O início de programas de projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual."

Posto isto somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.91

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente;

HEINZ HERWIG - Relator.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 02 (duas), de autoria dos Srs. Deputados Geraldo Cartário e Nei-vo Beraldin, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
PROJETO DE LEI N° 267/91

Acrescente-se a "alínea b", ao parágrafo único do artigo 2° do Projeto de Lei acima mencionado:

Art. 2° - ...

Parágrafo Único - ...

Alínea a - ...

Alínea b - Os recursos previstos no caput desse artigo serão despositados no Banco do Estado do Paraná S/A, ao qual competirá a análise da concessão do financiamento, bem como de sua recuperação financeira.

Caberá, ainda, ao Banestado buscar novas fontes de recursos, além dos já acima mencionados.

Sala das Sessões, em 28.10.91

(aa) GERALDO CARTÁRIO

NEIVO BERARDIN.

Apoiamto: Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões e Nilton César.

JUSTIFICATIVA:

Meritório o Projeto do Nobre Deputado Geraldo Cartário, ao qual sugerimos a emenda aditiva, visando que de antemão fique fixado o Banco gestor do referido recurso do crédito educativo, e principalmente que este Banco procure novas fontes de financiamento, tendo em vista o volume que podemos prever de famílias de jovens que buscarão esse tipo de crédito. As famílias não medirão esforços para dar a seus filhos a melhor educação, portanto a nomeação do Banestado fará com que este já envide esforços para poder melhor apoiá-las.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA  
DE PLENÁRIO DE N° 02

Modifique-se e corrija-se a "alínea a" do parágrafo Único, do art. 2° do Projeto de Lei n° 267/91, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° - ...

Parágrafo Único - ...

Alínea a - "A Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo poderá organizar, implantar e estabelecer critérios para a concessão do financiamento para estudos e cursos, com recuperação financeira após a conclusão da habilitação profissional."

Sala das Sessões, em 28.10.91

(aa) GERALDO CARTÁRIO

e NEIVO BERARDIN.

Apoiamto: Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões e Nilton César.

JUSTIFICATIVA:

O texto acima torna a interpretação mais transparente, uma vez que os critérios serão definidos pela Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, e ao Banestado caberá a avaliação dentro dessas normas anteriormente estabelecidas por essa Comissão, a execução ou não da concessão do financiamento, conforme a peculiaridade de cada caso.

O Projeto vai ser retirado para ser encaminhado à Comissão de Justiça.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 311/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Tapejara a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 90 de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 311/91

P A R E C E R:

Procedendo exame do Projeto de Lei n. 311/91, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, constatamos que o mesmo autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tapejara, as datas de terras 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do loteamento "Cidade de São Vicente de Tapejara", de propriedade do Estado do Paraná, conforme certidão n. 17.456, livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A medida reveste-se de um valor altamente meritório, ainda mais que a referida área, objeto deste plano de Lei ficará gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, devendo retornar ao patrimônio do Estado, caso sua destinação venha a perecer.

Revestindo-se a matéria, de cunho meramente autorizatório, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, esperando que a sanção governamental, venha a sanar qualquer vício que por ventura existir.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES

E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 311/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato chega a Comissão o projeto de lei em questão, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tapejara, as datas de terras 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do loteamento "cidade de São Vicente de Tapejara", de propriedade do Estado do Paraná.

No apreço dado pela Comissão de Constituição e Justiça, esta se posicionou pelo exame em Plenário, por considerar a matéria de alto valor meritório pela possibilidade de beneficiar pequenos e médios comerciantes.

Convocada a expender sua opinião, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da mesma forma, reconhecendo

os grandes benefícios a serem alcançados com a aprovação do projeto de lei, manifesta-se favoravelmente pelo regular trâmite da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 353/91, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, acresce parágrafo único ao artigo 4.º da Lei n. 4.706 de 14 de março de 1963 (declaração de bens). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Public. no DA. n. 99 de 19.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 353/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 353/91, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, visa acrescentar parágrafo único ao art. 4.º da Lei n. 4.706, de 14 de março de 1963.

A medida pretende outorgar ao Poder Legislativo o encargo da análise das declarações de bens e após arquivá-las no Tribunal de Contas do Estado, das autoridades nominadas na Lei 4.706, de 14 de março de 1963, e do Decreto Governamental 645, de 7 de agosto de 1991, independentemente das exigências contidas no art. 1.º do retro citado Decreto.

O presente plano de Lei, consulta plenamente os superiores interesses da Administração Pública, pela seriedade do seu teor e pela louvável iniciativa do seu autor.

Nenhum impedimento, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, oferecem tropeços na sua normal tramitação e conseqüente aprovação por esta Casa de Leis, da matéria ora proposta.

Pelos fatos acima expostos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 363/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Lei n. 353/91, tem por objetivo acrescentar parágrafo único

ao Artigo 4º, da Lei n. 4.706, de 14 de março de 1963.

Propõe competência à Assembleia Legislativa a análise das declarações de bens, com subsequente arquivamento no Tribunal de Contas do Estado, das autoridades constantes na Lei n. 4.706, de 14.03.63 e no Decreto 645, de 07.08.91.

Analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça foi aprovada, visto sua legalidade regimental e constitucional.

De acordo com a prerrogativa do Artigo 33, § 3º esta Comissão de Finanças não se opõe ao presente Projeto de Lei, opinando com parecer favorável à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 353/91

P A R E C E R:

Pretende o autor, Companheiro Deputado Antonio Annibelli, aperfeiçoar a Lei n. 4.706 de 14.03.63, regulamentando com clareza como os ocupantes de cargos públicos do Estado devem proceder quanto à apresentação de suas declarações de bens.

Convém lembrar que nossa Constituição Estadual, em seu artigo 32, impõe que lei instituirá o registro obrigatório de bens e valores daqueles que assumirem cargos, funções ou encargos na administração estadual, direta, indireta e fundacional. A existência da lei de 1963, sancionada pelo então Governador, Ney Braga, recebe valiosa contribuição através deste projeto.

Opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91.

(aa) DUILIO GENARI

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 375/91, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jataizinho a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 104 de 27.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 375/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Severino Félix,

sob os critérios legais e regimentais, bem como sua adequação ao preceituado pelo artigo 10 da Carta Constitucional Estadual.

Nenhum óbice encontramos, que possa inviabilizar ou obstar a pretensão.

Pelo que nosso parecer é Favorável a apreciação pelo egrégio Plenário.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E

COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 375/81

P A R E C E R:

Que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho área que especifica.

Em examinando o presente projeto de lei, não há óbice para o prosseguimento do mesmo, pois está em conformidade com a legislação vigente.

O parecer é pela sua apreciação ao Douto Plenário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

DOMINGOS CARVALHO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n. 2841, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de ns. 2845, 2846, 2847, de autoria do Senhor Deputado Orlando Resutti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2838, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2840, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria legislativa.

Requerimento de n. 2839, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2842, 2843, 2844, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2853, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão: Vossa Excelência pediu para encaminhar.

O SR. ERNANI PUDELL - Só quero encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã, regimentalmente.

O SR. ERNANI PUDELL - Então eu retiro o encaminhamento e peço ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na fase de votação Vossa Excelência poderá encaminhar a votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Votação. É esta a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - (Encaminhar votação)

Nós estamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, perante mais um dos casos em que demonstram que o Brasil tem sido muito fértil na produção de leis que visam resgatar a dignidade do cidadão brasileiro, que visam retribuir especialmente os trabalhadores pela construção deste país, mas que quando se trata de efetivar estes direitos na prática, lamentavelmente o que nós temos observado é que sempre aquilo que cabe ao povo, aos trabalhadores tem sido negado. Este país, lamentavelmente, já tem sido notícia no mundo inteiro pelo descaso, pelo desamparo que traz a sua juventude.

São milhões de crianças perambulando pelas ruas, são assassinatos de crianças, é toda uma juventude que não tem perspectiva de vida, é uma juventude penalizada pelo desemprego, penalizada pela falta de escola, penalizada pela miséria e pelo abandono. Uma nação que se pretende moderna, uma nação que se pretende sábia, também não pode deixar ao desamparo a velhice, especialmente aqueles que com o seu suor, com seu sangue, construíram essa grande Nação e que nós vemos lamentavelmente, apesar de escrito esse direito na Constituição de outubro de 1988, o Poder Executivo Federal até hoje tem encontrado as mais diferentes formas, quer pela omissão, quer pela ação, tem encontrado formas de negar o pagamento da aposentadoria justa e devida a todos os aposentados do nosso país.

Sabemos todos nós que recentemente o

Congresso Nacional, com a sanção do Senhor Presidente da República, elevou os valores do salário mínimo em torno de 157%, com o correspondente aumento na contribuição da arrecadação da previdência social.

Todavia o Senhor Presidente da República se nega a cumprir um dispositivo constitucional que determina a equiparação, a isonomia dos reajustes dos trabalhadores da ativa com os trabalhadores aposentados. É por isso que nós entendemos nesse momento em que tantas são as denúncias de fraude e corrupção contra a Previdência Social, hoje mesmo a Caixa Econômica Federal traz a informação de que no Brasil, nos últimos anos, foram sonegados cerca de 4.2. trilhões de cruzeiros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. É por isso que nós entendemos, nesse momento, que ao invés do Governo tentar solucionar o seu problema de caixa com a Previdência Social, negando-se a repassar o reajuste legal devido aos servidores, que esse Governo encontre as fórmulas necessárias para aumentar a arrecadação da Previdência Social, especialmente coibindo as fraudes, especialmente coibindo a sonegação das contribuições sociais deste país que, lamentavelmente, tem batido recordes mundiais nesta matéria.

É por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados que nós não poderíamos deixar de passar em branco esse momento e principalmente, parabenizar nesse momento a Justiça Federal do Estado do Paraná, que deu guarida à reivindicação desses aposentados; determinando o pagamento do reajuste de 157% sobre as aposentadorias e esperamos também que a Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses Difusos, ingresse imediatamente com pedido de liminar no sentido de estender a todos os pensionistas do Paraná esta histórica decisão e esperamos que o Paraná saia na vanguarda, principalmente a Justiça Federal instalada em nosso Estado, saia na vanguarda a nível nacional e reafirme judicialmente o direito de todos os aposentados a ter os reajustes e a remuneração condigna conforme determina a própria Constituição de 1988, e mais do que isso, Senhor Presidente, nós queremos aproveitar o ensejo para denunciar a postura criminosa do Governo Federal que pretende remeter aos Fundos de Previdência Privada, a complementação do pagamento das aposentadorias e dos acidentes de trabalho em nosso país, fazendo com que mais uma vez o Governo Federal fuja de suas responsabilidades legais e constitucionais, remetendo à iniciativa privada, a competência para pagar, administrar e receber os valores de Fundo de Pensão em nosso País.

Era isso, Senhor Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

Requerimento de n. 2855, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2853-A, 2856, 2857, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2858, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2860, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2831, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2861, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, Rossoni, Ademir Traiano, e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Deferido o desarquivamento do Projeto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 062/91

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n. 077/91, e de Lei ns. 159, 163, 311 e 375/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 418/91

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução n. 064, de 17 de setembro de 1990, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a partir de 1° de setembro de 1991, o percentual de vinte por cento (20%) sobre os vencimentos de agosto de 1991, dos funcionários: Efetivos, Inativos, Comissionados, CLT., Adidos, bem como as pensões mensais pagas a qualquer título, por este Poder Legislativo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.09.91.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 420/91

I - exonerar, a pedido, ADRIANA PICCOLI CREPLIVE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de outubro de 1991;

II - prover, ADRIANA CREPLIVE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de outubro de 1991;

III - prover, JEFFERSON PIRES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de outubro de 1991.

(Prot. n° 9438)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.09.91.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 421/91

I - Acolher as conclusões nele contidas para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, aplicar o art. 17 dos "A.D.C.T." ao Quadro de Funcionários da Secretaria da Assembléia Legislativa, procedendo-se levantamentos, revisões das remunerações, vencimentos, e dos proventos de aposentadoria, corrigindo as eventuais distorções, a partir de 05 de outubro de 1988, respeitadas as situações anteriores à data supra, já consolidadas de conformidade com o inciso XXXVI, do art. 5°, da Constituição Federal.

II - À Diretoria Geral para cumprimento.

(Prot. n° 0001/91)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 422/91

I - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Tadeu Lúcio Machado, a partir de 1° de setembro de 1991, conforme especifica:

DAS-5 - JOSÉ PEREIRA PAIVA  
3-G - ORLANDO JOSÉ OLIVEIRA  
3-G - JOÃO FERREIRA

II - autorizar JOSÉ ROBERTO PAIVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de setembro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.10.91.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 424/91

autorizar, NELSON EMÍLIO MARQUES, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a

partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7442)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 425/91

autorizar, NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 8614)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 1º.10.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 426/91

I - exonerar, a pedido, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, DOMINGOS BARBOSA MENEZES JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - prover, LUIZ EDUARDO HOLZMANN ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de outubro de 1991;

IV - prover, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de outubro de 1991;

(Prot. n° 9314)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 427/91

I - exonerar, a pedido, IVAN RIBEIRO DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, SEBASTIÃO INÁCIO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de outubro de 1991;

(Prot. n° 9351)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 428/91

I - exonerar, a pedido, GERALDO DOS SANTOS DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, ANTÔNIO AUGUSTO CHEROBIM CONSENTINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de outubro de 1991;

(Prot. n° 9542)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 429/91

I - exonerar, a pedido, LÍGIA DE OLIVEIRA BONTORIN, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, LÍGIA DE OLIVEIRA BONTORIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - prover, EDNA MARIA CARDOSO DE FARIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de outubro de 1991;

(Prot. n° 9671)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 430/91

I - exonerar, a pedido, ROSELI VON-SOWSKI ANIZELLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de outubro de 1991;

(Prot. n° 9707)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.10.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 431/91

Considerando - o infausto passamento do Senhor PÉRICLES PACHECO DA SILVA, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 06 de outubro deste ano, nesta Capital;

Considerando - a importância das contribuições prestadas a este Poder Legislativo e ao Estado do Paraná;

Considerando - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para esta Casa de Leis e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira como homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade.

Art. Único - A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento do ilustre Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 432/91

I - exonerar, a pedido, VALMOR ALVES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, TÂNIA CRISTINA GASPAR DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - prover, TÂNIA CRISTINA GASPAR DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Alga-

ci Túlio, a partir de 1º de outubro de 1991;

IV - exonerar, a pedido, RENATO SCUISIATO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 1991;

V - exonerar, a pedido, ALCIDES RAGASSI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 1991;

VI - prover, ALCIDES RAGASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 1991;

VII - autorizar ALCIDES RAGASSI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, VALMOR ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de outubro de 1991;

IX - autorizar VALMOR ALVES DOS SANTOS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 9810)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.10.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 433/91

I - exonerar, a pedido ORLANDO FERREIRA DE MORAIS FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ CELESTINO LOUREIRO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ SOARES DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de outubro de 1991;

IV - prover, GISELI CRISTIANI LUCIANO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de outubro de 1991;

V - prover, ISMAEL BATISTA DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Iensen, a partir de 1º de outubro de 1991.

(Prot. nºs 9856 à 9860/91)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.10.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 435/91

I - exonerar, a pedido, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a

a partir de 1º de outubro de 1991;

II - prover, JOÃO BATISTA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - autorizar JOÃO BATISTA LOPES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de outubro de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 9971)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 436/91

I - exonerar, a pedido, ANSELMO PEREIRA FAUSTO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOÃO BATISTA LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

III - exonerar, a pedido, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

IV - prover, ANSELMO PEREIRA FAUSTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

V - prover, AYRTON LOPES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

VI - prover, FRANCISCO LESINHOVSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

VII - prover, FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

VIII - prover, JONATAS BODZIAK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

IX - prover, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

X - prover, OSVALDO CÍCERO WRONSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

XI - prover, SUELI CRISTINA MUEHLSTEDT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 1991;

XII - prover, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro

de 1991;

(Prot. n.ºs 9972 e 9973/91)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 437/91

I - exonerar, a pedido, EDINA CALEFFI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1.º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ FERNANDO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1.º de outubro de 1991;

III - prover MARTA MARIA MOLETA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1.º de outubro de 1991;

IV - prover, MÁRCIO PRETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1.º de outubro de 1991.

(Prot. n.º 10027)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.10.91.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 438/91

exonerar, a pedido, TEREZINHA SERAFIM, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1.º de outubro de 1991.

(Prot. n.º 10047)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.10.91.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 439/91

I - exonerar, a pedido, AMAURI RIBEIRO LEMOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1.º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, MARISA GOETTEL DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1.º de outubro de 1991;

III - prover, MARISA GOETTEL DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1.º de outubro de 1991.

(Prot. n.º 10071)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 440/91

I - exonerar, a pedido, MILTON BONIFÁCIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton César Servo, a partir de 1.º de outubro de 1991;

II - prover, BENEDITO NUNES FARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton César Servo, a partir de 1.º de outubro de 1991.

(Prot. n.º 10237)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.10.91.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 441/91

I - exonerar, a pedido, ELSON PEREIRA MAGALHÃES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1.º de outubro de 1991;

II - exonerar, a pedido, VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1.º de outubro de 1991;

III - prover, VALDECIR HÉLIO POMPEMAIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1.º de outubro de 1991.

(Prot. n.º 10279)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.91.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 442/91

prover, MARCOLINA BISCAIA F. DAS CHAGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1.º de abril de 1991.

(Prot. n.º 9949)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1.º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2.º Secretário